



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1304/12	DATA: 27/09/2012
INÍCIO: 09h39min	TÉRMINO: 12h20min	DURAÇÃO: 02h41min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h41min	PÁGINAS: 71	QUARTOS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público de Pernambuco — CAOPIJ.
MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO – Coordenadora Executiva da ONG Coletivo Mulher Vida.
JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS – Promotora de Justiça da Delegacia da Criança e do Adolescente.
FERNANDO BARROS DE LIMA – Coordenador do CAOP-Criminal.

SUMÁRIO: Visita ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude – CAOPIJ.

OBSERVAÇÕES

Diligência no Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Há expressões ininteligíveis.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.
Há orador não identificado.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer a gentileza de terem nos recebido. Estamos aqui pela CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Sou Presidenta da CPI. Meu nome é Erika Kokay. O Deputado Paulo Rubens foi o autor da iniciativa da diligência aqui em Pernambuco e também da audiência pública que iremos realizar à tarde. O Deputado Luiz Couto também é membro da CPI e a Deputada Liliam Sá é Relatora da CPI.

Nós estamos trabalhando na CPI com alguns focos. Um deles é como é que se prepara o Brasil para os grandes eventos. E preparar não é só dotar o País de infraestrutura para que possa receber os turistas, mas proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

O segundo é trabalhar também com as grandes obras, que são realidades que não estavam dadas quando se realizou a CPI Mista de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que teve seu relatório findo em 2004. São realidades novas. E também com a questão das fronteiras. Temos várias denúncias na perspectiva, inclusive, de redes que funcionam supranacionalmente, mas também de uma região de muita fragilidade, muita vulnerabilidade às crianças e adolescentes, portanto, em um nível de exposição muito intenso à exploração sexual.

Também estamos trabalhando para além das denúncias, do descobrimento de redes, das estruturas que se criam. Nós já temos em alguns pontos acúmulo suficiente para isso. Nós também temos duas preocupações: uma é qual é o atendimento que se dá às crianças quando é desnudada a situação de violência sexual.

Estamos percebendo, na maior parte dos lugares onde estamos indo, que o SUAS, ao se estabelecer, cria os mecanismos, os instrumentos públicos para o atendimento, a garantia de direitos, a interrupção da situação de exploração sexual e a ressignificação da vida dessas crianças, mas a há uma precariedade no atendimento. Temos exemplos tanto de João Pessoa quanto de Natal, do Rio Grande do Norte, que apontam que o nível de atendimento das crianças já com a situação identificada de violência sexual é um nível muito precário ainda.



E nós também temos uma preocupação, a partir daí, de detectar quais são os equipamentos que o Estado detém, se tem delegacias especializadas, como estão os institutos de perícia, porque nós temos uma outra preocupação com a responsabilização. E nós vamos ver que, na Paraíba, foram mais de cem pessoas — o Deputado Luiz Couto pode falar melhor, porque é de lá — identificadas como autoras de violência sexual e nenhuma responsabilizada. E a responsabilização vai demandar também não apenas uma celeridade e uma prioridade absoluta do Poder Judiciário... Porque quando a legislação fala em prioridade absoluta do Estado não é apenas o Executivo, é também Legislativo, é também o Judiciário, é também o Ministério Público, são os organismos pelos quais o Estado se impõe e se reafirma como Democrático e de Direitos ou não.

Portanto, nós temos uma preocupação com esse nível de responsabilização e quais os equipamentos para elaborar inquéritos, para que possamos ter inquéritos robustos, qual o nível de denúncia que o Ministério Público imputa. Inclusive encaminhamos para todos os Ministérios Públicos, todos os procuradores dos Ministérios Públicos de todo o País e também para o Executivo e o Judiciário dados nessa perspectiva: quais são os níveis de denúncias que existem. Nós sabemos que Pernambuco caiu no nível de denúncia, caiu também no nível de vulnerabilidade. E no mapeamento feito pela Polícia Rodoviária Federal, que resgatou mais de 3 mil crianças e adolescentes nos últimos sete anos, mas que resgata todos os anos, quase. Resgata, mas não tem nível de atendimento e a criança e o adolescente não saem da situação de exploração e violência sexual, na medida em que são empurrados, dentre outros fatores, particularmente pela exploração sexual, que difere um pouco do abuso sexual. A pobreza é uma variável que empurra as crianças para a situação de exploração sexual.

E nós temos visto também que há uma modificação no *modus operandi*, que é menos rua, mais Internet. Nós temos as redes que quando são descobertas elas se reorganizam e se estruturam de outra forma, o que exige do Estado um nível de fortalecimento da sua atuação. Ou seja, nós não podemos mais pensar Institutos Médicos Legais, ou quaisquer nomes que tenham, ou delegacias que não tenham profissionais em tecnologia de informação, porque as redes estão se virtualizando e



continuam destruindo a infância e a adolescência da mesma forma, mas trabalhando de forma diferenciada.

Nesse sentido, é que nós estamos aqui para, primeiro, buscar os dados necessários, ver qual é a leitura do Ministério Público, que é parceiro, é um dos parceiros mais permanentes, mais sustentáveis, mais constantes e com a atuação mais aprofundada que a rede de combate à exploração sexual.

Mas, primeiro, sabemos que o Ministério Público recebe as denúncias do Disque 100. Estamos discutindo com o Governo Federal qual o mecanismo para acompanhar a denúncia, porque não adianta só ter a denúncia, mas acompanhar o que aconteceu com ela. É um pouco a função que o Ministério Público teria em cada Estado, em cada unidade da Federação. Então, acompanhar. E a precariedade ou não, ou as estruturas como estão. O Conselho Tutelar aplica medida de proteção. É encaminhado para o Conselho Tutelar, e em alguns casos para a polícia também. Se a polícia não tem estrutura... Via de regra as polícias de proteção de crianças e adolescentes só funcionam no horário de expediente, não funcionam no final de semana. Não sei como é aqui, mas elas têm deficiência de funcionamento, não tem prioridade na delegacia. Então, é um pouco ver isso.

Quanto às denúncias que tivemos aqui, quais dessas denúncias se transformaram em inquérito, quais se transformaram em denúncia no Ministério Público e qual é a leitura que o Ministério Público tem do ponto de vista da estrutura de responsabilização e também de atendimento.

Vou encerrar e dar voz à menina de quem colhemos o depoimento, acho que na Paraíba. Foi na Paraíba, não é, aquela menina? Ela dizia o seguinte: que ela foi vítima de violência sexual aos 11 anos. Ela tinha 13 anos. Houve o laudo comprovando que ela foi violentada. E ela dizia: *“A minha vida acabou, porque eu nunca conseguirei um marido, eu não sou mais pura”*.

Então, é uma dor na alma. Essa menina expressava uma dor. O futuro dela tinha ido embora. É óbvio que se ela tivesse um nível de atendimento ela poderia ressignificar a sua vida. Ninguém muda o que aconteceu conosco, mas você pode mudar a leitura que a gente faz do que aconteceu conosco. E, como diz Sartre, não adianta só constatar o que fizeram conosco, mas o que nós vamos fazer com o que fizeram conosco. É um pouco isso, é mais ou menos nesse sentido.



Vamos ver se o Deputado Luiz Couto, o Deputado Paulo Rubem ou a Relatora...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É importante que a Doutora possa *(ininteligível.)*

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Bom dia. Gostaria de dar as boas-vindas a vocês.

Meu nome é Ana Carolina Paes e Sá Magalhães. Sou Promotora de Justiça.

Vou me apresentar um pouco para vocês.

Sou Promotora de Justiça desde 1998 e desde 2003 eu trabalho especificamente com infância. Minha titularidade, na realidade, é uma promotoria de justiça de conhecimento de ato infracional. Há 2 anos eu fui convidada para ficar no Centro de Apoio, que é um organismo dentro do Ministério Público que tem como objetivo principal fazer essa articulação entre o Ministério Público e os parceiros públicos e organizações, ou eventualmente um parceiro privado, para um apoio mais técnico aos promotores de justiça. A gente não tem... O Centro de Apoio perde um pouco em execução. A gente não tem o papel de executor. Por exemplo: eu tive uma denúncia ontem de um adolescente que tinha entrada como adulto no sistema, no COTEL. Então, eu não podia, enquanto Centro de Apoio, fazer um pedido direto de liberação de adolescente. A gente tem que, de fato, chamar um Promotor de Justiça que tenha esse papel de execução.

Então, o Centro de Apoio se presta exatamente a essa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - É, o CAOPIJ, exatamente. Exatamente essa articulação e esse apoio ao promotor de justiça.

Eu queria fazer um parêntese para justificar a ausência do Procurador-Geral. Eu até o chamei para participar, mas ele está em Porto Alegre e não poderia estar presente. E eu chamei, antes de falar com vocês, para participar da nossa reunião, Maria Luiza Duarte, assistente social aqui do Ministério Público. Ela é analista, tem um trabalho na ONG chamada Coletivo Mulher Vida, que faz exatamente esse acompanhamento também a vítimas de violência sexual, e é concursada do Ministério Público. Ela é analista ministerial, mas tem essa vivência muito próxima com as vítimas de exploração, o que enriquece muito o trabalho da gente no Centro



de Apoio. Então ela está aqui. Eu acho até que ela pode complementar as questões e as dificuldades que temos. E os eventuais sucessos devem-se muito a ela também, nesse trabalho mais técnico que exercemos aqui.

O Ministério Público aqui na capital... As promotorias de Infância estão distribuídas no Estado inteiro, nas suas promotorias gerais. Então, o Promotor de Justiça de Camocim de São Félix também é promotor da infância. Então, a capilaridade das promotorias de infância e juventude é muito grande, porque o promotor, independentemente da cidade em que esteja, precisa responder pelas causas da infância.

A dificuldade que temos nisso é exatamente porque algumas pessoas não têm identidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em todo lugar onde tem Ministério Público tem promotor de infância?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Ele é naturalmente um promotor de infância.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Faz de tudo?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - De tudo, mas ele tem que responder pelas causas de infância.

Nas cidades maiores, aí sim, a gente vai ter as especializações. Petrolina, Garanhuns, Caruaru, Cabo e tantas outras já têm um promotor específico de infância e juventude.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos promotores específicos tem o Estado?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Eu não sei... Porque é assim, a gente não divide. Eu não sei lhe dizer quantas promotorias, quantas varas separadas. Porque é assim: numa cidade que não... Quem tem específico só de infância é Garanhuns, Jaboatão dos Guararapes, Arcoverde. É porque estão entrando. As promotorias estão se transformando em específicas de infância, mas algumas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E nesses lugares tem vara específica?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Tem vara específica.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Onde tem vara específica tem promotor específico?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente. E algumas vezes o promotor também responde por outras questões de cidadania, como saúde, educação sempre, com infância. Na capital temos essa divisão mais definida. Nós temos quatro promotorias no Recife que tratam de questões relativas à proteção de criança e adolescente e duas promotorias que são criminais, mas específicas de crimes contra a infância.

O que isso quer dizer para nós? Para o CAOPIJ de Infância e Juventude, na tese, só teríamos que ter um trabalho com essas promotorias de proteção, e não com as promotorias criminais, porque elas estão ligadas diretamente aos CAOPIJs criminais. Sendo que temos tentado também, pela vivência nessa causa de infância... Nós tínhamos um hábito de sempre procurar as questões... de interferir nas questões que fossem de proteção. E não tínhamos uma atuação enquanto centro de apoio. Não estou falando em Ministério Público como um todo. Enquanto centro de apoio, interferíamos menos nas questões criminais, mas percebemos, de um ano e meio para cá, que isso era um erro de estratégia nosso, que precisávamos, sim, fazer esse apoio ao promotor criminal também, até para cobrar exatamente essa resposta. Na capital nós temos mais sucesso. Eu o atribuo exatamente a essa vara especializada, porque eles contam com uma sala de depoimento especial, que também é usada por outras promotorias e por outras varas, através de um agendamento. Então, o que temos tentado é exatamente essa interlocução.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Recife tem uma vara de criança em conflito com a lei, onde a criança é a vitimizadora, o adolescente é o vitimizador, e uma vara onde a criança é a vitimizada?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - É. Nós temos... Na verdade, a gente tem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Uma cível e uma...

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - É. E, com relação a adolescente em conflito com a lei, existe aqui, ainda persiste aqui, um projeto chamado Justiça sem Demora, onde o adolescente é atendido nos plantões do



Ministério Público. Sábado, domingo e feriado, a gente não para. A delegacia também tem essa prática. Atendemos o adolescente. O adolescente, na audiência de apresentação, é atendido por esse juiz específico do Justiça sem Demora. Na próxima audiência, ele já vai para as duas varas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Justiça sem Demora é para criança e adolescente ou só para adolescente?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Só para adolescente em conflito com a lei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só para adolescente em conflito com a lei.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Adolescente em conflito com a lei. E depois que ele sai dessa primeira audiência, esse processo é distribuído entre a 3ª e a 4ª Varas. Então, o Recife tem duas varas para adolescentes em conflito com a lei.

Com relação à proteção, ele conta também com duas varas para proteção, aqui na capital. E, com relação a crimes contra a criança, também tem mais outras duas varas, para tratar só de crimes praticados contra criança e adolescente, desde que o autor não seja um adolescente também. Se o adolescente for quem praticou o ato infracional contra uma criança ou outro adolescente, vai ser essa vara especializada de atos infracionais. Então, temos que lembrar assim: sempre que o autor for um adulto, é nessas varas específicas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São duas para adolescentes e duas para crianças?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Não, duas para adolescentes... Porque é assim: ele distribui... Vamos chamar de cível. Não é muito técnico isso. Mas o que eles chamam de cível seria essa que tem a questão da guarda, destituição do poder familiar, adoção. E as medidas protetivas. São duas varas aqui na capital. De crime — aí nós vamos falar em crime sempre que o adolescente não seja autor, que é um adulto autor. São duas varas também, com duas promotorias de justiça.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São duas para questões “cíveis”, entre aspas...



A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...e duas para criança vítima de crime.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - E duas para criança vítima de crime. E tem duas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qualquer tipo de crime?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Qualquer tipo de crime.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Inclusive o sexual?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Todos os tipos de crime que as tenham como vítimas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E tem duas para adolescente em conflito com a lei?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Duas para adolescente em conflito, exatamente, que são essas duas aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso em Recife?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Em Recife. Nas outras cidades, não. Aí vai para a vara comum, com a tentativa de que existe a prioridade absoluta no julgamento dessas ações.

Em Olinda, por exemplo, uma cidade que está bem estruturada, ou Jaboatão, vai ter uma vara de infância, específica, com promotorias de infância, mas eles vão tratar só de ato infracional e de proteção. Esses promotores de infância aqui não entram na questão do crime, porque, pela estrutura da gente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vai para os criminais.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Vai para os promotores criminais. Pela estrutura da gente, o promotor de infância não atua no crime de jeito nenhum, a não ser que ele esteja eventualmente fazendo uma acumulação. Mas, pela natureza do exercício das nossas atribuições, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - *(Ininteligível.)*

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Que existe... É. Que não é nem promotor da infância, são promotores criminais. Tem duas titulares hoje em dia. E temos como regra, como praxe, acolher essas promotoras na sede da



infância, muito embora elas tenham sido promovidas ou removidas como criminais. Então, como a promotoria... A vara é lá no CICA, que é o Centro Integrado da Criança e do Adolescente. Essas duas promotoras criminais...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que é Centro Integrado?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - É exatamente esse espaço físico que temos aqui em Recife, onde todos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É espaço do Ministério Público?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Não, é do sistema de justiça. Lá tem o juizado da infância, com todas as varas, de proteção e de ato infracional. Além disso, essas duas criminais também estão lá no Centro Integrado. Tem um prédio do Ministério Público...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essas seis varas estão lá?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Estão lá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nesse Centro. Como ele se chama?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Centro Integrado da Criança e do Adolescente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E tem...

Tem Delegacia Especializada, tem Defensoria Pública, tem Ministério Público e tem a Coordenação da Justiça lá, dos Juizados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Delegacia, Juizado, Defensoria Pública...

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - ...Ministério Público. Pronto. É isso que eles têm lá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É o sistema de justiça, não é?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente.

(Não identificado) - Conselho Tutelar, não?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - O Conselho Tutelar já esteve lá, mas não está mais. Eu tive conhecimento, não posso garantir, de que



eles estavam pleiteando pelo menos um plantão lá, pleiteando esse espaço, para ter um plantão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E aqui ficam as seis varas?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente.

A SRA. MARIA LUÍZA DUARTE ARAÚJO - Doutora, é aí que está também a sala do depoimento especial.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - A sala do depoimento especial também...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARIA LUÍZA DUARTE ARAÚJO - É que lá também funciona a sala do depoimento especial, nesse mesmo prédio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para criança...

A SRA. MARIA LUÍZA DUARTE ARAÚJO - Para criança vítima de violência sexual ou de outro tipo de violência. Ele pode ser usado, no caso, pela vara criminal, não é isso, doutora?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Todas as varas podem usar. Essa sala especial foi montada... Eu acho que foi um convênio com a *(ininteligível)* Brasil. A rainha Sílvia na época veio até inaugurar essa sala. Ficamos até impossibilitados de trabalhar no dia; não podia nem chegar perto do Juizado, foram suspensos os trabalhos. E houve a inauguração dessa sala. Essa sala está contígua às salas de crime contra a criança. Mas nada impede...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela existe desde quando?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Desde...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Desde quando existe esse Centro?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES -. O Centro é de antes de 2000. Em 1998, em 1996, eu acho que foi quando inauguraram.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas com todos esses órgãos?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Com todos esses órgãos lá. O único...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a sala, desde quando?



A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - A sala tem uns 4 anos, eu acho, eu não tenho certeza. Três ou 4 anos que a sala existe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais ou menos, 2008.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Mais ou menos, mais ou menos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é bom, hein?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Essa sala existe lá. Ela se presta para fazer a oitiva da criança e do adolescente, vítimas de crimes, junto da sala de Juizado. Mas eles também fazem um agendamento para ouvida dessa criança, desse adolescente de outras Comarcas ou das varas cíveis, não infracionais. Dessas, por exemplo: se houver um pedido de adoção e haja uma necessidade, de uma ouvida, que cause menos danos, é feita nessa sala.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela é utilizada para qualquer processo relacionado à criança que demande uma...

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Uma ouvida especial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Um atendimento sem danos.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E aí, como é que é feito o atendimento, a escuta?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Fica o Juiz, advogados e Ministério Público em uma sala. E em uma outra sala, que é preparada especialmente com uma filmadora e um sistema de som, fica a criança ou o adolescente, e um facilitador, que é do Poder Judiciário, hoje. Essa pessoa é do Poder Judiciário.

(Não identificado) - Psicólogo, assistente social?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Psicólogo, assistente social, exatamente. Essa pessoa fica com um ponto dentro do ouvido. Mas a criança é informada que a pessoa tem um ponto e que vai responder perguntas feitas pelo juiz ou promotor, etc. E aí o juiz faz a pergunta, pedida pelo Ministério Público ou pela defesa, esse facilitador escuta, faz essa pergunta da forma que é adequada. Essa pessoa, inclusive, pode se negar fazer a pergunta, se a pergunta for danosa ao



depoimento da criança. Essa audiência é filmada, a criança é filmada, e gravada. Então fica disponibilizada através de um CD para quem precise usar, depois, durante o processo.

Existe uma tentativa, já desse núcleo, de fazer a coleta antecipada de provas. O que é isso? É que antes de existir o processo faça-se essa ouvida da criança. Para evitar que ela mude pela ouvida. Porque a gente sabe que, mesmo nesse momento, a criança certamente foi ouvida outras vezes, em outros ambientes como escola, ou Conselho Tutelar ou a própria família. Então, algumas pessoas já ouviram isso. Então, para evitar que mais vezes façam isso, a ideia deles é fazer um sistema em que na primeira fala da criança não se precise mais ser ouvida, por exemplo, no hospital, etc. Então, se foi na escola, que a escola pudesse mandar para a sala de depoimento especial e fazer essa coleta antecipada. Mas isso é só um projeto ainda. Não está implantado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A ideia é que ela faça um único depoimento.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E que ele seja utilizado para todo o processo...

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... em todas as fases.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Seja cível, seja no âmbito criminal. Que todo mundo possa usar esse mesmo depoimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, e aí? Aí, assim, esse é o processo. E quantas denúncias que houve aqui? V.Sa. pode falar por Recife, ou por Pernambuco.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Na verdade é a seguinte: não temos esses dados numéricos. Eu tenho recebido as denúncias do Disque 100. Porque, na verdade, eu não faço a gerência dos procedimentos criminais. Seria interessante que a gente pudesse falar com a informática do Ministério Público ou com a Central de Inquéritos ou com a Procuradoria Criminal para fazer esse levantamento numérico. O que é que eu posso dizer para V.Exa.? Eu recebo as denúncias do Disque 100. Estou até com um problema. Hoje eu



assinei um ofício, pelo seguinte: eles tinham uma gerência, eles mandavam essas denúncias para a gente através de um *e-mail*. E, depois, houve uma série de discussões do melhor caminho. Porque o que verificamos? É que temos dificuldade de ter essas respostas também. Nós mandamos para o promotor para um monitoramento, mas nem sempre temos uma resposta de como terminou essa denúncia do Disque 100. Eu vou chamar de denúncia, saindo da ideia legal de denúncia, aquela ofertada pelo Ministério Público. Eu estou chamando de denúncia essa reclamação, digamos assim, feita pela população no Disque 100. *(Pausa.)* Obrigada.

Então, de fato, esses números eu não posso dar. O que eu posso dizer para a senhora? Que, do comecinho de agosto até agora, eu recebi, no sistema de informática do Disque 100... Estou monitorando isso muito bem, porque essas denúncias eu não consegui encaminhar. O Disque 100 colocou em todas... Deixe-me tentar explicar. Há um programa de Internet que a gente acessa. O Centro de Apoio entra no encaminhamento dessas demandas. Nesse encaminhamento, o endereço para quem eu devo mandar é determinado pelo Disque 100. Eles tomaram como base uma lista de *e-mails* que a gente elaborou aqui no Ministério Público para cada Promotor em nível de Justiça. Até agora, até anteontem, eles não cadastraram nossos *e-mails*. Eu sei dizer para a senhora que, do mês de agosto até agora, dia 27 de setembro de 2012, eu tive pouco mais de 1.400 denúncias — em pouco menos de 2 meses.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em quanto tempo?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Em 2 meses quase, um pouquinho menos de 2 meses.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mil e quatrocentas denúncias?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Pelo Disque 100. De tudo, de negligência, todos relacionados só à infância.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só criança e adolescente.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Criança e adolescente. Então, é um número muito grande.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dá para fazer um recorte da violência sexual? Abuso e exploração?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Não, não dá. O próprio Disque 100 é que tem...

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - O próprio Disque 100 tem a possibilidade... Inclusive, num dos relatórios dele se vê que é muito baixo o número de denúncias de exploração sexual. O que tem uma expressão maior é negligência, violência física e violência sexual. Exploração sexual, por exemplo, tem em Ipojuca, no ano de 2011. É um dos Municípios impactados por Suape, é o polo...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É uma área industrial.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Isso. Tem movimentado milhares de trabalhadores para essa região, em processo de migração para o trabalho mesmo. Tem três casos registrados de exploração sexual.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - A gente percebe, de fato, essa subnotificação que preocupa bastante a gente. Uma questão aqui em Pernambuco tem motivado muitas discussões no Centro de Apoio, que é o tráfico interno de pessoas. A população tem muita dificuldade de perceber esse tráfico interno. A gente tem certeza absoluta da existência e da ocorrência dele, especialmente nessas grandes obras. Vem muita gente para cá, muitos homens sozinhos, e a gente tem tentado que o próprio sistema de segurança e justiça verifique a questão e se sensibilize para a existência desse tipo de situação que a gente tem.

A gente sabe que, além dos adultos, também tem adolescentes — criança há menos. Muitos adolescentes são vítimas desse tráfico interno e da consequente exploração sexual. Agora, que existe uma subnotificação também é algo muito evidente para a gente. A gente não tem dúvida disso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bom dia a todos. Sou Liliam Sá. Eu sou a Relatora. Quero agradecer ao Deputado Paulo Rubem Santiago o convite para estar aqui nesta manhã. Agradeço ao Deputado Luiz Couto e também a V.Exa. pela acolhida, por estar disponível para este debate, que é muito importante para esclarecer muitas coisas para a gente na CPI.



Maria Luiza disse que tem poucos casos do Disque 100 de exploração, mas o que tenho aqui é que 70% foram denunciar violência sexual; 28%, exploração sexual, e 2%, pornografia infantil. Esses dados foram colhidos, foram fornecidos pelo Disque 100 e pela Polícia Federal também. Nós sabemos que aqui, no Recife, diminuiu bastante a exploração sexual, porque a sociedade civil tem feito um trabalho muito interessante aqui de combate à exploração. Foram feitas várias campanhas também. A Childhood fez também uma parceria aqui, em Recife, a ONG Childhood, que capacitou 500 pessoas para lidar com a questão da exploração sexual infantojuvenil. Isso, para a gente, é uma coisa muito interessante. Se todos os Estados estivessem fazendo a sua parte, teria diminuído também. Ele estava em terceiro lugar no *ranking*. Agora, foi para o sétimo lugar.

A minha pergunta é para a senhora, doutora. Sabemos que estamos perto da Copa. Esses dados ainda continuam, ainda há 20 pontos vulneráveis à exploração sexual, apontados pela Polícia Federal aqui no Estado. Eu gostaria de saber quais as ações que serão implementadas pelo Ministério Público na questão da Copa, das grandes obras, dos grandes eventos. O que vocês estão trabalhando em relação a isso? Sabemos que várias denúncias dessas só ficaram nas notificações, não passaram disso.

Queria saber também quais os casos mais sérios de exploração sexual que a senhora poderia nos relatar e que tipo de providências foram tomadas. Alguém foi punido? Alguma rede de exploração foi desbaratada há pouco tempo? Como vocês estão trabalhando essa questão?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Doutora, eu repito que a gente não tem como dar uma resposta a V.Exas. com relação à questão dos números de inquéritos policiais e de respostas, porque, de fato, o Centro de Apoio, como é de infância, não tem essa sistematização de coletar esses dados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Alguém pode fornecer esses dados? Quem pode?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - A Procuradoria Criminal tem como fazer isso. As centrais de inquérito e as procuradorias criminais. É a minha sugestão, se tiverem tempo. Acho que isso é interessante, porque esse movimento, a vinda de vocês movimentou muito o sistema. É interessante para o



próprio Ministério Público ter também essa cobrança e essa chamada de fora. Então, eu sugeriria que fizessem um encontro específico com as promotorias criminais, com os centros de apoio, o CAOP Criminal, porque eles podem dar essa resposta numérica.

Eu gostaria de ressaltar essa dificuldade que a gente tem de tratar da temática de exploração sexual de crianças e adolescentes. É doloroso, como ser humano, tratar do tema. Muita gente o evita. É como quase botar embaixo do tapete o problema. *“Eu não quero lidar com esse problema.”* Então, faz de conta que ele não acontece. Isso, enquanto pessoa física. É óbvio que, institucionalmente, isso não pode acontecer. A Dra. Jacqueline Elihimas é Promotora de Justiça aqui da Capital e tem feito um trabalho exatamente fazendo esse acompanhamento e o embate da exploração sexual de crianças e adolescentes no Recife.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Promotoria Criminal funciona aqui?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - As promotorias criminais... A Central de Inquéritos funciona neste prédio, e o CAOP Criminal também. Os dois funcionam aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Francisco, eu queria ver se a gente não consegue falar com eles, com o CAOP Criminal. Eles não podem enviar alguém aqui?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Acho que podia tentar, Francisco, falar com Mel, que trabalha com a gente e é técnica ministerial. O Dr. Fernando Lima, do CAOP Criminal, é o coordenador.

Então, o que a gente tem tentado? Na verdade, tem essa dificuldade. A gente tem uma dificuldade no sistema de justiça. A gente discutiu, há alguns dias, exatamente isso, sobre a preparação para a Copa especificamente, porque as grandes obras são um problema já posto há algum tempo, por conta do crescimento de Pernambuco, com a refinaria...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esses “Suapes” são grandes obras?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente, no caso de Suape, são grandes obras, refinaria.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E quantos homens vieram?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Malu, você tem esses números, não é?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Uma estimativa. Só numa empresa da PETROBRAS, são 40 mil homens. Então, existe um fluxo de milhares...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esses homens vêm de onde, em geral?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Do Brasil inteiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Do Brasil inteiro.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Exatamente. Inclusive, eles têm situação socioeconômica e educacional diferenciada. Há especialistas vindo, pessoal técnico, que o Estado não... Bom, as empresas trazem. E há também um volume enorme de mão de obra mesmo para a construção civil, que são pessoas que estão alojadas em espaços próprios de Ipojuca. Inclusive, a gente está agora finalizando Ipojuca.

Na verdade, Suape, ele atinge alguns Municípios. Toda a região do litoral sul de Pernambuco, que envolve Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Barreiros, Sirinhaém, todos esses Municípios estão impactados, tanto positivamente como também nos seus problemas, nos seus impactos sociais.

Particularmente em Ipojuca — a gente está agora terminando um levantamento sobre a situação de exploração sexual lá, a pedido da Promotora de Justiça —, foi identificado que nesses alojamentos existe espaço para que o operário fique. Mas o espaço para o lazer, as atividades nas horas vagas... Não têm mobilidade. O sistema de transporte não atende. São lugares, muitas vezes, que ficam no meio de um canavial...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ipojuca fica a quantos quilômetros de Recife?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Ipojuca fica pouco mais de 100 quilômetros.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E quantos habitantes tem essa região?



A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Para que tenha uma ideia, no levantamento que a gente está fazendo, em 2000 Ipojuca tinha 50 mil habitantes. Hoje, Ipojuca está com 84 mil habitantes. Quer dizer, ele teve um fluxo, um aumento de população muito grande nesse período...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E as redes migram para lá?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - As redes migram, mas o problema é também como esses trabalhadores... Porque esses trabalhadores recebem o lugar para ficar, mas, por exemplo, se precisarem de um posto de saúde, se precisarem de todo o equipamento de lazer... O Município tem aquele equipamento para sua população. Essa população excedente não está sendo atendida. Ela gera um volume, um aumento de demanda para as ações sociais, e o Município não vê aquela população temporária como alvo das suas ações. O Município tem um CREAS para 80 mil habitantes, o Município tem um hospital, o Município tem um centro de esportes. Então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E essas meninas? Você disse que tem três denúncias de exploração sexual em Ipojuca, não é?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Eu até abri aqui o relatório do Disque 100, referente há alguns anos. Ipojuca. Os dados do Disque 100 e os dados da Polícia Rodoviária Federal são de mapeamentos diferentes e passam por...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sei, sei.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Então, deixe-me ver aqui: Ipojuca.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Doutora, até para complementar o que a senhora estava perguntando. O que a gente tem feito é o seguinte: mapear os Municípios que têm maiores demandas, a exemplo de Ipojuca; onde há essa maior demanda, a gente verifica a ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, o que a gente tem feito, enquanto centro de apoio? O mapeamento dessa rede de proteção e, por outro lado, a sensibilização dos promotores de justiça, para enfrentar a causa da exploração tanto do ponto de vista de proteção quanto de punição. O foco bem especial da gente, neste momento, é isso.



Claro, a prioridade da gente é a proteção. Se as promotorias de infância tiverem que optar entre a punição e a proteção, a gente vai optar pela proteção. Mas a gente já viu que, estrategicamente, não vai surtir efeito em dois focos. Primeiro, para sensação de segurança dessas pessoas que são vítimas. Então, se não houver uma punição, vai haver sempre a sensação de vulnerabilidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De impunidade também.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente. Então, por isso, a gente tem também focado na necessidade de enfrentamento da questão de punição.

A gente, no Centro de Apoio, encaminhou ao Procurador-Geral um pedido — ainda não foi implementado — para que todos os promotores e procuradores de justiça recorram em todas as ações em que não ocorrer, por exemplo, recebimento da denúncia ou em que existir absolvição. A gente está nessa tentativa de que chegue aos mais altos tribunais, a fim de que verifiquem, de fato, a questão da impunidade.

Eu queria fazer só um pedido. A Dra. Jecqueline, a Promotora aqui da Capital, ela é da Promotoria de Defesa da Cidadania, Infância e Juventude. Ela tem outra reunião, uma audiência que está marcada. Mas eu acho interessante que ela dê uma palavrinha, porque tem feito um trabalho muito importante no combate à exploração aqui, no Recife, inclusive com relações... Agora, no caso mais próximo da gente, é a questão das adolescentes que estavam sendo exploradas nos presídios. A Dra. Jecqueline está nesse enfrentamento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, antes de a Dra. Jecqueline falar, eu gostaria, para não perder o foco, de saber o porquê dessa sensibilização dos promotores que a senhora mencionou. Qual é o empecilho? Quais são os problemas? Por que essa dificuldade para um tema que é discutido no Brasil inteiro? Se quiser responder depois dela, não há problema.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - A dificuldade que a gente tem é a mesma dificuldade quando os promotores, ou a delegacia, ou a rede de proteção, vão fazer a investigação das denúncias. O sistema de justiça brasileiro terminou por se organizar de uma forma que quem faz a prova são as vítimas, as testemunhas. A coleta de provas, no Brasil, é pouco técnica. É muito atrelada à



testemunha e à vítima. Obviamente, as pessoas que estão vivendo nesse entorno têm...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E por que é pouco técnica?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Por isso. Às vezes, não tem um Instituto Médico Legal bom... Isso vale para qualquer crime. Eu não estou falando só em crime sexual, não. Em todos os crimes, a prioridade, em regra, é para a prova colhida através das testemunhas e vítimas. Nos casos de crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes, ainda mais.

Existem tantas questões atreladas que, no fim do processo, muitas vezes, a gente não consegue uma condenação, por conta dessa fragilidade da prova. Eu tive um caso específico. Pode até não ter a ver com exploração, mas era o de uma adolescente que a gente recebeu no Juizado. A cunhada do padrasto. A menina chegou toda roxa na escola. E foi a escola que chamou o Conselho Tutelar. A menina foi retirada da casa, foi morar com a avó, e, no final, ela disse que não tinha acontecido aquela violência. Aquilo me deixou muito impactada, porque eu tinha atendido a menina num primeiro momento, e depois ela me disse que não queria que ficasse registrado. Ela me procurou depois e disse que não queria ficar longe do irmão. Então, ela preferiu ser submetida a uma situação dessas para não perder os vínculos familiares.

Eu acredito que isso acontece, sim, na exploração. A gente tem uma dificuldade de... Essa prova, no mais das vezes, é frágil. Então, a sensibilização que a gente faz é isso. Mesmo que o promotor tenha uma prova eventualmente frágil, que ele não desista daquele processo, que ele continue buscando alternativa para fazer uma verificação mais aprofundada e conseguir uma condenação. É por isso.

A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Eu poderia até falar sobre exploração sexual, no Aníbal Bruno, utilizando exatamente esse exemplo. Nós instauramos um procedimento no começo do ano. Minha atuação não é criminal, minha atuação é na área de interesses difusos e coletivos. Então, eu atuo na questão de prevenção, de políticas públicas, de infrações administrativas, quando é o caso. Instauramos um procedimento para apurar a questão da exploração sexual de adolescentes nos presídios, especificamente no Complexo Aníbal Bruno.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse Complexo Aníbal Bruno fica onde?

A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Aqui em Recife. Minhas atribuições também são exclusivas aqui, em Recife. Exatamente essa situação. A oitiva se restringe à vítima. A vítima, adolescente, é ameaçada. Então, ela acaba não revelando quem a está explorando. No caso do presídio, tinha um esquema com carteiras falsas, e havia a suspeita de participação de integrantes da própria...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Documentos, para a questão da idade. Havia informações de que havia participação de gente de dentro do presídio, de rede também de fora, mas elas não fornecem as informações de maneira nenhuma. Quando fornecem, é fora dos autos, dizendo que estão ameaçadas de morte. Uma, inclusive, foi para o PPCAAM, que é o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes. Essa que denunciou, a que conseguiu falar mais, hoje está num programa de proteção, escondida, porque ela realmente corre risco sério de morrer.

Então, esse é um problema muito sério. O inquérito administrativo que apura o envolvimento, a participação de funcionários do próprio complexo está sem prova nenhuma. Está sem prova nenhuma. Não tem prova para ser arquivado. Não acredito, não sei se já foi arquivado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa denúncia chegou como?

A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Chegou através de jornal. O Conselho Tutelar encaminhou para minha Promotoria a informação das sete adolescentes. A GPCA também está apurando. A delegada também, na última vez que a ouvi, estava com essa dificuldade, porque as vítimas não falavam de forma alguma. Então, há uma grande possibilidade de o inquérito ser arquivado e de...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aliciavam adolescentes, falsificavam documentos e as levavam ao presídio, para visitas íntimas.



A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Agora, meninas com 14 anos de idade, que já eram exploradas, faziam programas com os presos já há 2 anos. Quer dizer, com certeza, entraram muito pequenas mesmo. E é praticamente impossível...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Não, as informações que se tem, inclusive da Presidenta da Rede de Combate, é de que existe em todos os lugares. Agora, as informações que se conseguiram a partir de algumas meninas, de algum caso concreto que se pegou... foi especificamente lá. Foi apresentado um plano. Nós fizemos alguns acordos nas audiências que tivemos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês têm noção se é uma rede só ou se são várias redes? Estão funcionando em rede, não é? Não se sabe?

A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Veja bem, a gente não está conseguindo chegar a esses elementos. A delegacia está apurando. Como eu disse, a minha área é prevenção. Então, o que eu estou tentando fazer, nos acordos que nós fizemos, foi muito no sentido de tentar evitar futuramente. Então, criar alguns mecanismos. Por exemplo, o Estado ficou de apresentar um plano. Até houve um representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos que participou da penúltima audiência. O caso também foi para a OEA, foi comunicado. E o Estado apresentou um plano. Já vem apresentando algumas modificações. Inclusive, há um trabalho também numa linha bem preventiva com a Rede de Combate à Exploração Sexual, um trabalho de conscientização junto às equipes técnicas, junto aos presos, um trabalho no sentido de campanha mesmo.

Nós temos, inclusive, outra audiência marcada — não posso dizer exatamente a data porque não me recordo — para ver a conclusão do plano. O plano tem andado, e a informação que nós temos do Conselho Tutelar e da Presidenta da Rede de Combate é de que, depois que implementaram essas novas medidas, não chegaram mais denúncias de fatos concretos nem para o Conselho Tutelar nem para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse plano está em elaboração ou ele já foi constituído?



A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Ele foi apresentado, um plano piloto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A gente pode ter acesso a ele?

A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Pode, só que eu não tenho ele agora, neste momento, mas eu posso apresentá-lo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quando é que você poderia? Hoje à tarde? É difícil?

A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Posso. Eu estou com três audiências hoje à tarde, mas eu tenho como apresentá-lo, porque ele está num procedimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É porque esse plano pode servir de exemplo para outros.

A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - É. Eu posso apresenta-lo.

Agora eu preciso encerrar, porque tenho outra reunião. Eu nem sabia que ia ter esta reunião hoje de manhã. Também não é o foco mesmo da minha atuação, mas, se quiserem algum esclarecimento que eu possa dar...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quanto ao caso desse Procurador, eu queria só fazer uma pergunta. Nós pegamos esse caso desse Procurador que foi preso, suspeito de exploração sexual. Vocês estão acompanhando o caso? Ele teria mantido relações sexuais com sete meninos em troca de dinheiro. Isso é...

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Isso foi em Venturosa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em Venturosa. Vocês têm alguma notícia? Sabem como está andando, como ocorreu? Têm alguma informação para nos passar? Eu gostaria de saber algo sobre esse caso.

A SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Eu tenho ouvido detalhes de um caso de um vídeo de uma menina de 12 anos que foi postado no Youtube.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay, Presidenta da CPI; o Deputado Luiz Couto; a Relatora, Deputada Liliam; a Dra. Ana Carolina; Maria Luiza.

Só para contextualizar, digo que Recife é o coração de uma região metropolitana que envolve mais de 3,5 milhões de habitantes, 14 Municípios. Tem 1 milhão e 700 mil habitantes. A Região Metropolitana de Recife concentra o maior percentual da população situada abaixo da linha de pobreza de todas as regiões metropolitanas do Brasil. São aproximadamente 52% da população da Região Metropolitana vivendo abaixo da linha de pobreza.

Para que tenhamos uma noção do que significa isso em termos comparativos, digo que essa taxa é exatamente o dobro da taxa de população abaixo da linha de pobreza da Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Outra questão é importante destacar. Como nós já temos acompanhado essas investigações e esses debates em outras ocasiões, temos quatro grandes colunas que se repetem em todas as regiões onde há denúncias, onde há inquéritos, onde há investigações de exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes. Primeiro, são aquelas regiões onde se repetem os grandes eventos, os eventos dos ciclos: o carnaval, o ciclo junino, as festas do peão boiadeiro. Esses grandes eventos geralmente são, digamos assim, atrativos para atos de violência sexual e de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Outra coluna é a realização de grandes investimentos em obras, em grandes projetos. Isso se verificou na implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, isso se verificou em outras regiões. Num curto espaço de tempo, sem qualquer articulação prévia dos Municípios da região, dos órgãos do Poder Executivo e do Judiciário, há um impacto monstruoso.

Eu me lembro aqui de um depoimento que ouvi há muitos anos no Estado de Rondônia, numa conferência de professores. A Secretária de Educação do Estado de Rondônia — isso aconteceu exatamente em 1987 — fazia um alerta da gravidade da situação, porque o Estado de Rondônia, nos anos anteriores, teve taxas de crescimento da população de 15%, 16%, 17% ao ano, fruto das migrações, da busca das oportunidades da agricultura etc. Isso desarticula completamente a capacidade de prevenção e de planejamento desses órgãos.



Então, a primeira coluna é a repetição dos grandes eventos, que terminam ensejando a articulação de redes criminosas para a exploração e para a violência.

A segunda é a atração de grandes investimentos para grandes obras, sejam montadoras, sejam grandes obras de empresas privadas, sejam polos.

A terceira é a consolidação desses polos econômicos. Os investimentos chegam e, em 10 anos, mudam completamente o perfil daquela região, mudam completamente o contingente habitacional. E o que é fato é que o poder público não se prepara previamente. Então, isso cria um desequilíbrio monstruoso em termos de acesso a políticas de assistência de prevenção.

Outra, que lamentavelmente é muito própria do nosso Estado, são as rotas econômicas, são as grandes estradas, rodovias federais que se cruzam. São rotas. Por exemplo, o Polo Gesseiro do Araripe, no Sertão de Pernambuco, na região oeste de Pernambuco. Lá, alguns Municípios já foram notícia nacional por causa da exploração, da violência sexual nas rotas dos caminhoneiros. O Município de Trindade, a cidade de Granito, a cidade de Araripina foram por várias e várias vezes notícia por causa de denúncias dessa exploração.

Eu quero ouvir de Dra. Ana Carolina qual é a sua avaliação das deficiências de estrutura, especificamente, do Ministério Público? O que falta ao Ministério Público? Que estruturas o Ministério Público deveria mover, seja em termos de orçamento, seja em termos de criação de novas promotorias, seja em termos de ampliação do quadro de promotores e de assistentes ministeriais? Quer dizer, o que limita a atuação do Ministério Público nesse aspecto?

Outra questão: como a senhora avalia a desarticulação entre o Ministério Público, o Judiciário e o Poder Executivo, especialmente com os Municípios? São os Municípios que têm de assegurar a educação infantil, o ensino fundamental; são os Municípios que têm de montar a rede de assistência social através dos conselhos, dos centros de referência, os CREAS; são os Municípios que têm de fazer os seus planos diretores. De repente, um Município, em 5 anos, recebe um investimento monstruoso, e passam a viver naquela região 30 mil pessoas que vêm de outras regiões. Enfim, são os Municípios que, em primeiro lugar, têm de especializar os seus orçamentos, o orçamento para a criança e o adolescente.



Qual é a sua avaliação, portanto, em relação às deficiências do Ministério Público e à desarticulação que vocês sentem, já que a preocupação fundamental é com a prevenção, o que há de desarticulação? Na sua avaliação, do Ministério Público, o que há de desarticulação no Executivo, no Judiciário, na Defensoria, para que isso possa acontecer de forma orquestrada e não de forma isolada, como muitas vezes a gente vê?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Deputado Paulo, é engraçado, porque, na Constituição Federal, a prioridade absoluta é a infância. E às vezes a sensação que a gente tem é de que a prioridade absoluta da infância é só para a gente. Então, eu tenho como prioridade absoluta a infância. Mas parece que a gente fica meio numa ilha. A gente briga pela prioridade absoluta.

Para o senhor ter uma ideia, a gente teve um pedido de transformação de umas promotorias de justiça. Eram promotorias de justiça substitutas da capital para serem transformadas promotorias de justiça da infância e juventude. Por que a gente pleiteava essa modificação? Porque a gente tem uma dificuldade enorme de que os promotores de justiça queiram trabalhar com infância. Então, como a gente nunca conseguia que um promotor de justiça substituto da capital fosse trabalhar na infância, a gente achou melhor que a promotoria já fosse diretamente de infância, porque, quando houvesse uma remoção ou uma promoção, o promotor já saberia que iria trabalhar com esse tipo de assunto, com essa demanda.

Essa ação da gente durou ano e meio. Eu não sei dizer quantas vezes eu fui justificar aos procuradores de justiça a necessidade da criação das promotorias. Eu pedi, no primeiro momento, 6 promotorias; depois, a gente diminuiu para 4, diante dos dados que a Corregedoria me deu — eu fui chamada à Corregedoria também para justificar o meu pedido —, e a gente terminou conseguindo 3.

Eu tenho muito orgulho de dizer que Recife é uma das melhores estruturas que a gente tem em termos de quantidade de promotores de justiça e de especialização das capitais que eu conheço. Isso não quer dizer que seja o ideal; muito pelo contrário, a gente está muito longe do ideal. E, falando de limitações, a gente tem um orçamento pequeno dentro das necessidades. Eu acho que isso tem muito a ver — os senhores que me desculpem, como Deputados, mas vão entender o que eu estou dizendo — com uma necessidade de algumas pessoas de que o



Ministério Público não tenha a força que deveria. Então, os orçamentos da gente são sempre cortados, as demandas que há para limitar o Ministério Público são cada vez mais evidentes; existe um movimento, que para mim é muito evidente, de segurar o Ministério Público.

Então, uma das grandes limitações, Deputado, é a questão orçamentária nossa. A gente tem dificuldade de ter promotores de justiça. Atualmente, os promotores... Qual é uma grande dificuldade do promotor de justiça que está, por exemplo, em Bodocó, de atuar? Como a gente tem pouquíssimos promotores, o promotor de justiça hoje acumula várias comarcas. Então, o que acontece? Ele não pode estar todo o dia ali; ele passa 2 dias numa comarca, 3 dias na outra, a não sei quantos quilômetros de distância; faz júri, faz atendimento de adolescente, faz ação de alimentos, etc.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos há aqui em Pernambuco?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - A gente tem menos de 400 promotores em Pernambuco. Temos 184 Municípios, e o Distrito de Fernando de Noronha. Fernando de Noronha é uma questão importantíssima a ser observada, porque atualmente há um promotor de justiça e um juiz que vão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos Municípios há aqui?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - São 184 Municípios, mais o Distrito de Fernando de Noronha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há 184 Municípios. E quais deles têm promotoria?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Em tese, todos têm uma promotoria, mas essa promotoria não quer dizer que nela esteja um promotor específico para ela.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Alguns Municípios são sede de comarca, onde há o fórum, há o juiz, há o promotor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos são?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Em Pernambuco, eu não sei. Há um relatório publicado pelo Ministério da Justiça e lançado em 2007 que



revela a situação do Brasil. O pior Estado à época era o Estado da Bahia, que tinha o menor número de Municípios como sede de comarca. E os Municípios que não têm sede são termos, ficam associados como satélites, e aí sobrecarregam.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São 184 Municípios, mais Fernando de Noronha.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sobrecarregam a atuação dos promotores, que são promotores titulares na sede da comarca, mas que têm que acumular o trabalho em outros Municípios; e em um Município eles acumulam às vezes até mais de uma promotoria.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente. A gente tem isso evidente aqui. Eu posso pegar esses dados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na linguagem comum, vocês são pau pra toda obra.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente. No interior somos “clínica geral” — a gente chama assim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - É fácil. Eu tenho esses dados. Eu estava olhando isso há pouco tempo, porque estou morando...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pode mandar isso para a gente?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Posso. Eu vou tentar levar tudo isso para a senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês vão estar na audiência à tarde?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Vou. Eu vou tentar levar tudo isso para a senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse plano, que achei interessante...

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Certo. Está certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dra. Ana, eu sei que... Eu e o Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, já participamos de várias CPIs, de CPMI inclusive.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Nós fomos da CPI dos presídios, não é? A do sistema carcerário.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, também. E aqui, à época, tivemos um dado que nos chamava a atenção. Era o número de adolescentes que estavam aqui em Recife e que vieram de outros Estados, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará. E vice-versa. Há um vínculo muito grande, essas diversas rotas que havia. Sei que... É claro que a Promotoria de Justiça não tem todas as informações, mas eu perguntaria o seguinte. Primeiro, concordo com a senhora, ao dizer que, de fato, o Ministério Público é que é importante. Mas não são dadas ao Ministério Público as condições efetivas para que ele possa realizar. Inclusive, para até ter centros especializados para cada atuação. Por exemplo, verificamos que... E agora querem excluir o Ministério Público das investigações. Os delegados querem exclusividade. Agora, no momento de ter o tratamento, querem ter o tratamento dos magistrados, do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União. Ou seja, estão querendo ter o bônus. Ou seja, querem tirar essa... E nós estamos nessa luta para impedir que isso aconteça. Achamos importante a ação do Ministério Público, porque tem muita gente que cometeu alguma coisa errada. O Ministério Público tem que investigar, tem que denunciar, e aí coloca-se isso como uma vingança contra o Ministério Público. Acho que não é assim. Mas eu queria procurar ver o seguinte: se tem algum estudo sobre o perfil, o perfil do violentador em geral, daquele das violências que tem. Das diversas. O perfil do explorador sexual. É também importante esse perfil também. O perfil do abusador, que é aquele com mais de uma relação mais familiar, sexual. O perfil dos clientes também, porque tem clientes principalmente do turismo sexual, que é também um outro elemento que aparece. Uma coisa específica sobre os pedófilos, pedófilos que atraem crianças e adolescentes e pedófilos que usam da Internet. Pergunto se tem investigação ou processo com relação a essa questão, principalmente a pedofilia. E também as redes que vêm da relação com outras redes que estão funcionando plenamente. A gente sabe que, no momento do verão, algumas áreas aqui de Recife, como Porto de Galinhas, Santo Agostinho, aparecem sempre com muito destaque. Olinda, Recife Velho, também, com muitas meninas; adolescente de rua também, que é explorada sexualmente. Mas eu queria também... E essa questão do tráfico interno, que acontece. Vem de lá e vai daqui. Há uma



troca, há uma conexão muito forte, principalmente com algumas boates, que são utilizadas para esse fim. E eu queria perguntar a relação que o Ministério Público tem com os chamados centros de referência. Como vocês atuam com relação a esses centros de referência, as informações... Com a gerência que está aqui. Aqui tem uma gerência de polícia de criança e de adolescente. Como é que se dá essa relação? As informações são compartilhadas? Como é que é? Ou seja, as instituições que cuidam de crianças e adolescentes. Porque também temos denúncia de que isso acontece também internamente. E, finalmente, as delegacias. A senhora falou do modo como se leva uma criança, um adolescente, para que ele não saia dali traumatizado. Muitos delegados não têm preparação nenhuma, ou seja, deixam a criança espantada. Ou seja, eu tenho depoimento de delegado que diz: *“É melhor você não falar, porque, olha, aqui você está viva. Se você sai daqui, você sabe que pode acontecer o pior.”* E aí usa aqueles termos que os adultos entendem, mas que a criança não entende.

Pergunto se, de fato, o Ministério Público tem também trabalhado nessa questão, principalmente delegacias que pegam não a criança como... A criança como vítima, e o explorador identificado. E, na hora de pegar a criança como testemunha, como depoimento, aí o delegado, infelizmente, não está preparado para ter uma pessoa capacitada para ajudar aquela criança a poder fluir normalmente, sem deixar qualquer trauma, colocando essa importância. Nesse aspecto é que ficamos preocupados com essa questão dos delegados, que querem a exclusividade. Porque, muitas vezes, a gente sabe, nem sempre esses inquéritos que são feitos têm profundidade. É tanto que, quando se chega ao Ministério Público, o Ministério Público volta para pedir diligência; e muitas vezes a demora é grande, a gente sabe o que acontece. No meu Estado, só o Governador atual encontrou 1.200 chamados crimes misteriosos, no geral, que tinham vítima mas não tinham investigação. Nem boletim, nem BO tinham.

Enfim, isso vem mostrando que é importante o trabalho que o Ministério Público realiza. Estamos nessa luta lá, embora lá na Câmara Federal tenha diversos projetos lá eliminando de vez o Ministério Público de qualquer investigação. Se essas pessoas cometeram crimes e o Ministério Público foi a fundo, identificou e



denunciou, eles querem utilizar desse expediente agora como forma de vingança, o que não podemos aceitar.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Deputado, eu ontem estava conversando com uma colega de Alagoas, e a gente estava falando exatamente isto, a questão da prioridade absoluta. Quando a gente discute infância, a gente fala sempre em parceria. Se é em benefício daquela criança e do adolescente, que sejamos todos. Então, a gente pretende brigar quanto menos por questão das atribuições. Então, me espanta muito que o discurso fique nisto, nesse *“vamos tirar esse daqui ou aquele”*, enquanto, na verdade, quanto mais, melhor, porque, se um falhar, o outro vai estar ali para segurar essa questão, seja da proteção ou da punição.

O senhor falou uma questão que a Dra. Erika tinha falado também, que é exatamente com relação a essa coleta de provas. Aí, fiquei pensando, por exemplo: nos presídios, por que não tem filmagem para garantir que... Como essa criança de 12 anos, como a Jacqueline levantou, entrou? Através de quem? Quem é que viu esse documento? Então, quer dizer, a gente ficou atrelada, mais uma vez, ao depoimento da vítima. A gente não tem um sistema. Talvez, um sistema desses de filmagens, de uma facilidade de quebra de sigilos telefônicos e bancários. A gente sabe que nem todo mundo trabalha com banco; às vezes é em dinheiro vivo. Mas outras alternativas eu acho que deveriam ser privilegiadas, para garantir que a prova da gente não estivesse sempre atrelada às vítimas e às testemunhas, que, no final das contas, vão sair, vão para as suas casas e vão ficar, de fato, vulneráveis. Então, essa é uma preocupação que a gente tem. Eu vou responder ao senhor exatamente com relação ao perfil, mas eu queria terminar um pouquinho de falar com relação à questão do Deputado Paulo Rubem. As limitações do Ministério Público são evidentes, de pessoal, atividade meio e fim. A gente tem uma limitação no número de promotores, a gente tem poucos técnicos ministeriais que podem apoiar o promotor de justiça, a gente tem pouquíssimos analistas ministeriais, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos... A gente tem esse número muito pequeno. E a gente tem um orçamento cada vez mais apertado, o que dificulta até pleitear junto à Procuradoria-Geral melhoras para a infância.



Tem uma coisa que acho que nos deixa muito tranquilo: a gente tem um histórico aqui em Pernambuco de conseguir muita coisa para a infância no Ministério Público. E isso é exatamente porque nós, promotores de infância, trabalhamos muito unidos. Eu até hoje, no tempo em que estou aqui na capital, nunca vi um pedido individual de um promotor, assim: “*Vou querer uma acumulação, um dinheirinho aqui a mais ou ali*”. Não. Quando a gente vai junto... Somos conhecidos como promotores que brigam, sim, pela causa da infância. Então, quando a gente foi fazer o pedido das promotorias, embora fossem promotorias para trabalhar no ato infracional, os promotores do cível estavam presentes, porque a gente tem procurado manter um corpo de infância dentro do Ministério Público para garantir essa imagem de fato da infância e da juventude.

Há 2 dias estávamos fazendo um trabalho de planejamento estratégico do Ministério Público. Fui para o Planejamento Estratégico da Circunscrição exatamente do Cabo, em Olinda. Houve exatamente um encontro na cidade de Olinda. Passei o dia inteiro lá. Uma colega me perguntou o que eu estava fazendo ali. Eu disse-lhe que estava fazendo *lobby* para a infância. Eu queria garantir que a temática “infância e juventude” estivesse presente nas metas estratégicas das circunscrições. Esse é um trabalho que tenho feito exatamente para garantir que a prioridade absoluta também esteja dentro de nós. Não adianta cobrarmos prioridade absoluta do Judiciário ou dos Deputados e Senadores se dentro da nossa casa não estamos dando essa prioridade absoluta. Então, esse é um trabalho próprio do centro de apoio. Tenho brigado muito por isso.

Há desarticulação com os Municípios, Sr. Deputado Paulo; é um problema seriíssimo. Parece, honestamente, que estamos brigando por coisas diferentes. Quando vamos conversar com o Governo do Estado e com os Municípios, de vez em quando paramos e perguntamos: a vontade é a mesma? pretende-se a proteção da infância? De vez em quando é preciso fazer uma chamada sobre essa ideia de proteção, de que estamos trabalhando pela mesma causa, embora, obviamente, em determinados momentos pareça que queremos coisas diferentes. Mas é sempre isso. É um trabalho muito difícil, porque as prioridades dos Municípios nem sempre, ou no mais das vezes, não estão relacionadas às causas da infância.

Na imagem vemos o Dr. Fernando Lima, Coordenador do CAOP Criminal.



Temos grande dificuldade de abordar o tema infância nos Municípios e de conseguir uma rede de proteção que seja de fato eficaz e verdadeira.

Então, Sr. Deputado Paulo, tenho de dizer com muito pesar que não é fácil. Existe uma desarticulação de fato com os Municípios, porque esse diálogo é muito difícil, o de que a rede se estruture e que as prefeituras entendam a causa da infância e a causa da proteção como prioridade. Enquanto isso, brigamos pelos CRAS, pelos CREAS, pelas casas de acolhida. Essa é uma briga de muitos anos e não só em Pernambuco. Infelizmente, quando vemos algo, isso é muito pontual, de algum prefeito que tenha uma visão mais especial para a causa da infância. Mas há uma articulação de fato movida para essa visão de que nem todos entendem que a causa da infância é uma causa importante, é uma causa que está relacionada à segurança pública. O adolescente que dispõe da rede de proteção vai ter menos chances de entrar no mundo dos atos infracionais ou da criminalidade. Essa é uma visão que temos e que de fato tentamos seja comungada com outros entes da sociedade civil e dos governos.

Uma pergunta de V.Exa. é sobre a GPCA. Tentamos, temos uma relação dentro do possível, de parceria com todos da rede; claro que é dentro do que é possível. Em alguns momentos, seremos parceiros, em outros, não; e em outros tantos não seremos parceiros. Isso não causa um maior constrangimento para nós, o de nos aliar no que é de interesse com todos. Temos uma parceria com a GPCA. Atualmente, a GPCA é gerida pelo Dr. Delegado Zanelli, que tem um trabalho muito grande sobre exploração sexual de adolescentes. Tentamos de fato um trabalho. E aí vem o que falei no começo, talvez uma coleta antecipada de provas. Os delegados e os agentes de fato devem evitar fazer essa ouvida das crianças nas delegacias. Mas é um trabalho que ainda está em construção, não está pronto. Claro que, quando falamos, Deputado, em atuação exclusiva, sabemos que é algo muito delicado para todos; quando falamos em competências... Obviamente, quando falamos para um delegado que preferimos que a criança não seja ouvida ali para a coleta de provas, que seja ouvida em outro ambiente, nem sempre isso é bem recebido. De um modo geral, podemos eventualmente ter contato com um profissional que prefira fazer sua própria coleta. Não é de fato, conforme a Sra. Maria Luíza disse, o que ocorre com o Dr. Zanelli, pessoa que de fato tem uma visão



muita clara acerca do que é a exploração e como deve agir o delegado da infância. S.Sa. também tem esta ideia, que deve ser feita a coleta antecipada. Esse é um caminho que queremos trilhar. Estamos fazendo uma parceria com a ABRINC para capacitar os promotores de justiça nessa oitiva. Não que a gente... A gente pode até, eventualmente, fazer essa ouvida do adolescente, mas que a gente não vá para causar os danos que o sistema de justiça vem causando ao longo de tantos anos. Então, a gente também está, dentro do Ministério Público, se capacitando para poder lesar o menos possível, e para conhecer os mecanismos que hoje existem.

O senhor perguntou com relação ao perfil do violentador, do explorador sexual, e da pedofilia, a questão da Internet. Eu tenho que dizer que tem me espantado até a eficácia, com relação à Internet, da GPCA. Em alguns casos que eu peguei, eles conseguiram fazer um caminho certinho. Não foi de exploração sexual. Era de *bullying*. Mas eles conseguiram fazer o caminho certinho, e disseram de onde tinha saído a primeira mensagem de computador, que foi num endereço nobre aqui de Recife. E foi a GPCA que fez. Então, eu até brinquei em uma palestra, em que eu disse: olhem, não foi o CSI de Miami nem o CSI de Nova York que conseguiu descobrir!. Não é, Delegado? A Polícia Civil da gente foi capaz de trilhar esse caminho. Então, já existe alguma coisa nesse sentido, sim.

Com relação ao perfil, eu vou dar a palavra à Maria Luíza, porque, de fato, ela trabalha há muitos anos com esses dados. O Centro de Apoio não tem esses dados, porque não é uma prática nossa fazer essa coleta. Mas a Maria Luíza, enquanto assistente social, eu acho que ela pode esclarecer melhor.

Maria Luíza, com licença. Só um pouquinho. Eu gostaria de apresentar o Dr. Fernando Lima, Procurador de Justiça e Coordenador do CAOP Criminal aqui do Ministério Público.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Com relação ao perfil, até eu deixei aqui em cima: este é o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual aqui de Pernambuco, que foi elaborado em 2008. Ele tem uma vigência de 10 anos, já seguindo as orientações do plano nacional. E chama a atenção que, assim, em dois mil... A maioria dessas ações, elas não são para serem alcançadas em 2012, num prazo longo; elas deveriam já estar em execução desde 2008. E uma delas, por exemplo, é a realização de uma pesquisa sobre o perfil dos agressores e dos



agenciadores — está na página 30 — das redes de exploração comercial. Você vê que o prazo dele era para ter sido realizado entre 2008 e 2010.

No último monitoramento do plano, que foi feito pelo Conselho Estadual — este ano, terá um novo monitoramento, que já está em processo de discussão no Conselho Estadual —, foi analisado que menos de 5% das ações previstas no plano foram colocadas em andamento. Então, quando se fala, assim, da Copa, dos grandes eventos... Quer dizer, o Estado tem um instrumento de planejamento da política que não está sendo utilizado, consultado, para esse fim. Então, há a questão das delegacias regionalizadas... E esse é um plano bastante enxuto. Ele não é um plano que foi elaborado assim: vamos fazer! Às vezes, os planos, eles saem um pouco como um guia de orientação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Sim. Pelo último levantamento que foi feito, menos de 5% das ações previstas estavam em andamento. Isso foi no final de 2009, início de 2010. E, agora, a gente está fazendo um novo levantamento. Mas, quando a gente passa a vista em várias atividades, a gente vê que elas não foram nem incluídas em orçamento, não foram executadas, não estão sendo iniciadas. Então, eu acho que o plano não tem uma força legal; ele é um instrumento político. Ele, de fato, não tem sido utilizado como esse instrumento orientador.

Com relação aos dados, foi feita aqui em Pernambuco uma pesquisa, que talvez eu possa até colocar em um CD para vocês. É muito fácil de encontrá-la na Internet. Foi feita uma pesquisa sobre um levantamento da situação de tráfico de pessoas aqui em Pernambuco. Esse levantamento foi solicitado pela Secretaria de Desenvolvimento Social... Desculpem, de Defesa Social. Mas quem executou foi a Universidade Federal de Pernambuco. Ele é focado no tráfico de pessoas como um todo. Mas, dentre os dados que são mais relevantes, primeiro... É uma pesquisa que, de fato, vai em busca dos processos que foram abertos, do que foi finalizado, mas o que aparece muito fortemente é a questão da exploração sexual como a principal modalidade do tráfico que foi encontrada. Então, principalmente o tráfico para fins de exploração sexual, é o que acontece em Pernambuco. E a maioria das vítimas sendo adolescentes. Então, isso é um fato relevante. E, também, mulheres e



o público homossexual, homens homossexuais, que também aparecem nessa pesquisa como alvo das redes de tráfico.

Com relação à violência sexual como um todo, nós não temos esse levantamento. A gente trabalha muito com os dados que são mais gerais. E, dentro dos dados mais gerais, eu acho que é necessário dividir, para analisar e para enfrentar, abuso e exploração sexual. Mesmo sendo violações da sexualidade, a vítima de abuso tem um perfil bastante diferenciado. Então, a rede de atendimento, muitas vezes, até existe, mas ela não consegue atender à vítima de exploração. É um pouco o que a Dra. Jacqueline estava colocando. A menina nem quis falar nada. Então, o fato de essa vítima receber um dinheiro muitas vezes faz com que ela não se sinta vítima. Então, na hora de oferecer as provas, na hora de... Quando o Dr. Zanelli diz “vamos fazer a coleta de prova antecipada”, é porque, em alguns dos casos de exploração sexual que ele tem identificado as meninas estão em situação de rua, seja circunstancial, seja realmente já em um afastamento da família. E, aí, ele não consegue encontrar de novo essa menina, para chamar... Ele até... Agora, ele está orientando para que, quando forem pedir, lhe digam... “Olhe, me diga, me comunique que vai ser ouvida, que eu vou lá no lugar que eu sei onde fica”. E, se houvesse essa coleta antecipada, essa vítima iria para um acolhimento.

Então existe... Pensar atendimento à vítima de exploração sexual é diferente de pensar vítima de abuso. E o que a gente tem identificado nos Municípios é que a rede mínima, ela até existe: Conselho Tutelar, CREAS, o sistema de segurança e justiça como um todo, isso minimamente existe. A delegacia nem sempre é especializada, e tal. Mas essa vítima de exploração, ela não entra nessa rede. Ela não chega nem nos dados, como eu tinha falado para vocês. Realmente, em Ipojuca, foram 3 denúncias, em 2009; em 2011, foi uma denúncia de exploração sexual com intermediário; e, sem intermediário, 3 denúncias, no Município. Quando você vai conversar com o Conselho Municipal de Ipojuca, a situação é completamente outra. Então, acho que se tem que pensar para além se o serviço existe ou não, mas sobre se esse serviço está preparado para a vítima de exploração sexual.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Doutora, deixa eu dar uma resposta que a senhora pediu, porque a gente terminou, Dra. Liliam,



falando de outras coisas. Atualmente, a gente disponibiliza, através do Centro de Apoio... A senhora perguntou sobre estratégias do Ministério Público. A gente disponibiliza, do serviço técnico, um levantamento dessa rede de proteção da criança e do adolescente. É uma das estratégias da gente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês estão identificando rede?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Rede de proteção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - *(Fora do microfone.)* Tem relação com o PAIR, não tem?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Malu, é com o PAIR?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Como?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - A identificação da rede de proteção nos municípios. Não, a gente levanta todos, doutora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O programa de...

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Quando a gente vai fazer o levantamento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela está falando que vocês têm um trabalho de identificação de redes, para estabelecimento de parcerias. E tem um programa do Governo Federal...

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - O PAIR.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - PAIR. É esse?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Não. O PAIR, ele aconteceu aqui em Pernambuco, em alguns Municípios, e agora vai ter o PAIR estadual, que é um recurso que foi pensado para ser direcionado para as estratégias da Copa. E a gente não considera isso uma iniciativa ruim, não. Quem está...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - CEDECA?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Não. Isso está sob a responsabilidade da Secretaria da Criança e da Juventude do Governo do Estado. Não é nem sociedade civil, mas está articulada. Inclusive, na última reunião da rede de combate, eles estiveram lá apresentando. Mas o que a gente fala é que existe um plano. O PAIR, ele vai fazer um levantamento, de novo; ele vai juntar os atores de



novo. Então, essa primeira parte a gente já tem. Quando chega na hora do essencial, que é a execução dos programas, aí a gente tem...

A SRA. PRESIDENTA (Erika Kokay) - Essa identificação de rede, de que ela está falando?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO – Ah, não! Isso somos nós, que vamos até o Município e conversamos. Uma vez que estamos nesse Município, conversamos com todos os serviços essenciais para o atendimento à criança e ao adolescente, e com o Conselho Municipal.

A SRA. PRESIDENTA (Erika Kokay) - Quais serviços? Sociedade civil também?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Sociedade civil, se houver. Nesses que a gente foi não tinha nenhum específico, mas Conselho Municipal como formulador da política, Conselho Tutelar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente, ou propor que o Ministério Público, através do Promotor daquela cidade, faça essa mobilização.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO – Esse levantamento gera um relatório até o nível de sugestões. Isso é fornecido ao Promotor de Justiça e possibilita uma atuação mais consciente dele na política de enfrentamento à exploração sexual. Mas, até agora, a gente realizou Caruaru e Ipojuca. Inclusive, Caruaru foi bastante significativo. Caruaru é um Município que tem as festas juninas, a feira semanalmente. A fala dos atores de proteção é de muita visibilidade real, mas, estatisticamente, o CREAS, por exemplo, em 3 anos, não tinha atendido nenhum caso de exploração sexual. Então, é muito... Essa vítima ainda está muito afastada do sistema de proteção.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES – Além disso, a gente tem projetos mais técnicos: um é de um material específico para promotor de justiça, de orientação — esse processo está em finalização; e há um outro trabalho que a gente faz, que é junto à rede de proteção, através... É uma cartilha que está sendo feita para os policiais, junto com o Coletivo Mulher Vida, junto com a ECPAT Brasil, que é quem está formulando esse documento. O objetivo da gente é exatamente



isto: o que é exploração, abuso? como atuar? como o policial, aquele que vai estar na ponta, aquele que vai ter o primeiro contato, deve agir, para que a gente não perca essa prova e essa punição futura? Esta é uma dificuldade que a gente tem também: que o outro veja aquilo como uma exploração.

Eu vou falar uma coisa que é uma preocupação pessoal. Quando a gente fala nas vítimas de exploração sexual, o problema que a gente tem é exatamente esse de Maria Luiza, de as próprias vítimas se identificarem como vítimas, e, de outro, o Poder Público identificar aquele menino ou menina como vítima daquele sistema que precisa de uma atuação. Esse é um problema muito sério que a gente tenta combater.

Uma outra preocupação que tenho, e aí é individual, é com a “glamourização” da garota de programa. O que a gente vê? Nas novelas aparecem garotas de programa, lindíssimas, sempre.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO – Saiu numa manchete do *Diário de Pernambuco* uma menina que nacionalmente estava leiloando sua virgindade, com 20 anos de idade. Essa foi uma situação nacional de uma menina de 20 anos que está leiloando sua virgindade. Em 4 dias, ela já tinha conseguido proposta de 130 mil reais. O final da matéria dizia que a família apoia a iniciativa. Em nenhum momento... O nome disso é prostituição. Ela não está cometendo crime nenhum. A virgindade é dela. Ela faz o que quiser. Inclusive, ela pode vender. Não tem ninguém agenciando a virgindade dela. É ela própria. Mas, se a gente pensar na dimensão da cultura, da ausência de crítica a um comportamento como esse... Aí, quem tem sua virgindade, vai entender que ela tenha um valor no mercado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Vai virar um ativo!

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO – Pois é. Aí tem aquela que custa 130 mil, mas tem aquela que pode pensar: *Mil reais resolveriam a minha vida.*

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vão começar a fazer uma campanha.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO – Um leilão mais doméstico. Em termos de cultura, é gravíssimo isso aparecer nos meios sociais sem crítica, os jornais reproduzirem isso dentro dessa cultura de *glamour*.



A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES – Exatamente. O que a gente vê nas novelas são as atrizes mais bonitas que eles conseguem encontrar, que são as garotas de programa, as Suelens, as Deborah Secco. Giovanna Antonelli já fez... Então, é sempre numa imagem muito positiva daquela situação, muito embora elas possam até se dar mal ao longo da novela e perderem o dinheiro que conseguiram juntar. Então, isso gera na nossa adolescente pobre, que mora aqui, no nosso subúrbio, essa ideia de que ela vai ser resgatada por um alemão, eventualmente, vai virar princesa na Europa, vai ter um caso com uma pessoa que tem poder aquisitivo e tal, e essa falta de crítica de Maria Luiza.

A meu ver, ainda pior do que a falta de crítica é a ideia de que é aceitável, é positivo, é bonito, de que aquilo não vai trazer prejuízo, de que ela só tem benefícios com aquela situação. Uma preocupação que eu tenho muito grande é com essa glamourização. Para o adulto, pode até não gerar...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É o papel da mídia, não é?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Pode, eventualmente, não gerar uma exploração, como nesse que saiu na Internet, saiu no jornal. Mas, quando falamos em crianças e adolescentes, sim, é exploração; sim, prejudica o crescimento desse indivíduo; sim, gera repercussões diversas...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Negativas, na criança e no adolescente.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Sempre negativas. Sempre.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu acho que a mídia tem o papel importante de informar, mas também tem esse lado negro. É fazer com que as pessoas entendam o papel da própria mídia, é fazer chegar até as pessoas as informações necessárias para mudar comportamentos, e ela faz o contrário, o inverso.

Doutora, a senhora falou sobre o tráfico interno. Eu gostaria que a senhora se aprofundasse um pouquinho mais sobre o tráfico interno. Por quê? Aí é que a gente vai encontrar a pontinha das redes de exploração sexual.

Nós estivemos em Fortaleza, e lá foi denunciado que as redes de exploração sexual estão usando de outra estratégia. Estão alugando casas. Os gringos vêm



para cá, os turistas vêm para cá, e são alugadas casas, para que sejam levadas até lá essas meninas. São levadas por alguma agenciadora ou agenciador. Então, é para poder ficar impune e não chamar tanto a atenção da Polícia. Funciona assim. Há grandes empresários que estão nessas casas. Há a questão até de políticos. Recebemos informações.

Eu gostaria de saber como está sendo essa investigação dessas redes de tráfico interno, porque nós sabemos também do caso de crianças desaparecidas. Muitas meninas desapareceram sem deixar vestígios. São aqueles casos emblemáticos. Nós não sabemos onde estão essas crianças, e elas circulam aqui, dentro do próprio País. Nós sabemos que a Polícia Federal tem um esquema muito forte na questão da ida de crianças para fora. Como essas redes se organizam dentro de um Estado? Como combater essas redes na questão do tráfico interno de crianças e adolescentes?

Eu também gostaria de fazer outra pergunta à senhora, fugindo um pouquinho do tema. O novo Código Penal está trazendo uma proposta de mudar o tipo penal para diminuir a idade de 14 para 12 anos no caso de crime de estupro de vulnerável. Nós sabemos que isso é uma afronta, é um retrocesso, em relação tanto ao Código Penal quanto aos direitos da criança e do adolescente. A senhora acha que isso abriria a porta para a exploração sexual de crianças e adolescentes?

Eu gostaria de saber a opinião de vocês. Nós estamos colhendo assinaturas, nós estamos fazendo um grande movimento em relação a isso. Eu, particularmente, sou contra. Eu acho que todos os atores que defendem os direitos das crianças e dos adolescentes são contra.

Então, são duas perguntas. Eu gostaria que a senhora falasse sobre essa questão do tráfico interno, porque isso é muito importante para a gente. A Deputada Erika Kokay e eu também fazemos parte da CPI do Tráfico de Pessoas. Com duas CPIs, nós estamos ligando as informações, de lá e daqui, para podermos identificar essas redes, que sabemos que são muito bem organizadas, que funcionam em casas. Às vezes, os agenciadores estão em apartamentos, em casas, dão acolhida a essas crianças, uma espécie de proteção. Pegam essas meninas que estão na rua, que saíram de casa por algum motivo. Foram abusadas sexualmente pelo pai ou pelo padrasto, vão para as ruas, e ali são aliciadas, levadas para a prostituição.



Eles dão aquela proteção: *“Eu vou te dar casa, vou te dar comida e você ainda vai ter dinheiro”*.

Queremos saber como vocês estão combatendo esse tipo de crime.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Doutora, eu vou até entregar a vocês. Eu recebi os dados do Disque 100 com relação a Pernambuco, separados pelos Municípios. Eu dei uma olhadinha rápida. Dizem exatamente do que Maria Luiza estava falando, do baixo número das explorações sexuais.

A gente tem tentado identificar, de fato, as medidas de proteção. Eu vou dar a palavra ao Dr. Fernando porque ele é da área de crime. Como eu disse, a gente tem menos acesso a esses dados, já ao trabalho de inteligência da gente. É uma preocupação, de fato, também nossa.

Houve um caso aqui, de que a gente teve conhecimento. As meninas vinham do interior de ônibus, paravam no centro do Recife, e um rapaz as levava para uma favela, para uma casa lá, onde elas seriam empregadas e tal e a partir daí... A gente sabe que não estão só nas favelas. Nesse caso que a senhora fala, essas casas... A gente acredita que isso está em todo o extrato, inclusive na classe mais alta. Esse caso da exploração, de fato, é muito preocupante para a gente.

A questão das crianças que estão desaparecidas. A gente sabe que há um amealhamento dessas crianças para a prática de prostituição e de abuso — meninas e meninos. A gente não pode se esquecer dos nossos meninos. É uma realidade evidente.

Pernambuco vive com a questão da exploração e da prostituição historicamente. Se a gente anda aqui, pelo centro, à noite, se a gente anda por Boa Viagem, que é um bairro de turistas, a gente percebe a existência de pessoas na prostituição. E a gente tem, de fato, essa dificuldade de saber quem está em rede e quem não está.

Quanto ao programa da rede, eu vou passar para o Dr. Fernando. Ele vai poder dar exatamente esses dados para a senhora, relativamente à questão do tráfico de pessoas. Eu acho que vai ser GAECO o que o Dr. Fernando vai responder.

Quanto à dificuldade da diminuição, é óbvio que vai vulnerabilizar mais, porque eu acho que a nossa sociedade tem uma... Eu acho que é natural isso



também. Por exemplo, hoje em dia, qualquer criança ou adolescente tem uma facilidade enorme com informática. Qualquer menino de 7 ou 8 anos pega um telefone, mexe em tudo, modifica fotografia, entra em programa, compra jogo, faz um acesso impressionante na Internet, e isso termina confundindo os adultos. Por quê? O adulto diz assim: *“Esse menino é tão inteligente que ele consegue entrar num computador e baixa um programa qualquer”*. Mas o adulto esquece que, muito embora o menino possa acessar a Internet, ele não tem maturidade para avaliar aquilo que ele faz. É uma técnica, uma brincadeira para ele. Mas ele não tem condições de avaliar, por exemplo, quando é vítima de exploração. Alguns meninos já percebem que estão sendo vítimas de aliciamento, por exemplo, mas nós, adultos, temos a prática de relativizar esse conhecimento específico para a criança e para o adolescente. Então, como ele é muito esperto em informática, a gente começa a achar que ele tem maturidade, e não tem. Ele não tem maturidade fisiológica, ele não tem maturidade psicológica.

Eu acredito que todo esse movimento de diminuição de imputabilidade penal, de diminuição de idade para atribuição de crime a determinado autor, diminuição de pena, isso está alicerçado numa verdade que é relativa. Eu acho que a gente fica argumentando que os meninos estão muito mais espertos hoje em dia, estão muito sabidos — há pessoas que dizem que os meninos já nascem de olho aberto —, justificando um pedido nesse sentido, mas esse amadurecimento psicológico e interpessoal não corresponde ao amadurecimento que eles têm com as máquinas, por exemplo. Eles são muito bons na informática, mas não vão saber se defender de um aliciador, não vão saber se defender de uma exploração sexual.

Ontem uma amiga minha reclamou comigo porque a filha tinha combinado de sair com minha mãe, e, quando ela falou com a menina, a menina já estava com a mãe de outra menina, indo para a casa dessa menina. Ela queria colocar a filha de castigo. Ela disse: *“Ela tem 11 anos. Ela devia saber que estava errada, porque ela estava saindo com uma pessoa que eu não autorizei”*. Eu disse a ela: *“Ela não avaliou isso. Eu tenho certeza de que sua filha pensou: ‘Eu estou na casa de uma amiga, com a mãe da minha amiga’”*. Ela não avaliou que a mãe dela não conhecia aquela pessoa, que ela estava indo para uma casa cujo endereço as pessoas da família dela não sabiam. É supersabida a menina dela, de 11 anos, tem iPhone, tem



iPad, baixa programa, mas não foi capaz de fazer esse tipo de avaliação, como nenhum adolescente, ou a maioria dos adolescentes, não é capaz de fazê-lo.

A proteção da gente. Eu acho que a gente não deve se negar a proteger. Eu acho que é um erro da nossa legislatura ficar diminuindo essa proteção. Eu acho que proteção tem que ser a maior possível. Por que a gente vai abrir mão de proteger o outro, seja criança, seja adolescente, seja adulto ou idoso. Eu acho que é um discurso. A gente, às vezes, quer dar uma resposta para a violência que a gente vive, procurando apontar culpados. É mais fácil apontar um culpado do que pensar profundamente em determinados assuntos.

Os nossos adolescentes podem votar aos 16 anos. Este é um discurso também muito utilizado: *“Ah, se pode votar, por que não pode dirigir? Por que não pode casar, em tese, sem autorização?”* Porque ele não está pronto para isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas pode estar pronto para sexo?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - É. Ele, de fato... A gente tem que lembrar sempre que o discernimento do adolescente está em formação. Não deve tirar isso, Dra. Liliam, da perspectiva da gente de proteção. A criança com 12 anos está, sim, saindo da infância. Por mais que tenha acesso a coisas que a gente não tinha... Eu me lembrei ontem de que, quando eu me casei, aluguei um telefone. Alugar telefone hoje em dia... Não existe mais esse instrumento. Eu pagava, todo mês, o aluguel de um telefone. O meu menino nem sabe o que é isso. Eu tenho um afilhado que é alagoano, e ele me chama de dinda. *“Não, eu vou para a casa da dinda.”* Sinto um arrepio quando ele diz que vai para a “casa da dinda”, mas ele tem 10 anos, nem sabe o que é isso, porque lhe falta um amadurecimento a respeito do que foi aquela história, falta essa vivência. Mateus, esse meu afilhado alagoano, deu um *show* ontem num programa de computação que ele queria, mas é uma criança imatura. Do mesmo jeito que ele mexeu no computador e fez maravilhas, subiu no sofá para pegar um balão que estava no teto da casa, sem nenhuma proteção do lado.

Então, é formação. A gente precisa, sim, proteger. Acho que diminuir idade para punir o adolescente que tem 12, 14 ou 16 anos é um retrocesso total da gente, da nossa legislação. Talvez se queira responder à superlotação dos presídios.



Talvez. Ou se queira responder aos números que a gente tem sobre violência. Se eu baixo 2 anos, eu vou ter menos processos, e vou responder, nacionalmente e internacionalmente, de outra forma. Eu não tenho 100 mil exploradores, eu tenho 40 mil, porque eu tirei 2 anos de crime. Então, assim, eu acho que vale a pena...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O importante, Dra. Ana, é que uma pesquisa que foi feita revela que a incidência maior, em termos de assassinato por arma de fogo, a que cresceu mais, está na faixa etária de 10 a 14. Além do aliciamento, o tráfico também pega essas crianças, como aviões.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente. E essa criança, doutor, não tem possibilidade de avaliar, de jeito nenhum, que aquilo é prejudicial para ela. A gente conversa muito aqui no Centro de Apoio — é uma conversa que é até nacional — com relação ao trabalho de crianças e adolescentes. Há esta história: *“Não, é melhor trabalhar do que estar no tráfico. É melhor trabalhar do que estar na rua”*. Mas qual é a pontuação que a gente está dando para aquela criança que está trabalhando? O que a gente está dizendo para ela quando lhe damos um carrinho para frete de feira? É esse o seu futuro, então vá atrás de resolver o problema da sua família. E a gente se esquece de perguntar onde está o pai e a mãe. Eles estão trabalhando, ou é aquela criança que está sustentando?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Primeiro, isso tem a ver com a origem pobre.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É como se a criança pobre não tivesse outra perspectiva. Ninguém da classe média acha que o seu filho tem que trabalhar com 10 anos, com 11 anos, com 12 anos.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ninguém da classe média. Acha que isso é um absurdo.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Acham que a criança, porque é pobre, tem que trabalhar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Acham isso um absurdo. Um absurdo. *“É um absurdo, porque o meu filho tem que estudar, tem que ir para isso, tem que ir para tal, tal e tal.”* É como se a criança pobre tivesse somente dois



caminhos: ou o trabalho, ou a droga, o tráfico. Não tem direito de ser criança. Portanto, é só ver isso. A maioria das pessoas que defende isso não colocaria para trabalhar o seu filho de 8 anos, de 10 anos ou de 11 anos.

Eu queria que a senhora falasse sobre isso. Estamos nos encaminhando para o encerramento. Eu queria que vocês pudessem me dizer se há algum plano com recortes específicos. Por exemplo, aqui foi falado do plano para o presídio. É a elaboração de um plano que é um recorte específico dentro do plano de enfrentamento, que é uma realidade cruel.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Na verdade, é um plano, assim...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pontual.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Pontual, para capacitação. É para resolver essa questão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exatamente. Mas há duas questões. Primeiro, a questão de meninos em situação de rua. E a violação de direitos não fica ensimesmada, ela leva a outra violação. Elas ficam, então, numa situação de vulnerabilidade ou numa situação de probabilidade de violação de direitos.

Eu não gosto de falar de vulnerabilidade, porque esses meninos são muito fortes. Eles não são vulneráveis. Esses meninos que vivem em situação de rua têm uma resiliência, uma fortaleza muito grande. Mas há situação de violação de direitos. Há alguma coisa específica, um plano para a população de rua que tenha um recorte para a criança e o adolescente em situação de exploração sexual? A drogadição é uma realidade muito concreta, e a drogadição leva a uma série de formas de trabalho infantil e, inclusive, à exploração sexual. É um quadro que temos visto em âmbito nacional. Há um nível de exposição à violação de direitos muito grande no caso de crianças em situação de rua. Quero saber se há alguma coisa nessa perspectiva.

A questão das obras. Aqui vocês carregam duas coisas. Os eventos, porque há muitos eventos, e a questão das obras, que são duas preocupações nossas. Nós achamos que não se pode instalar uma grande obra sem que se tenha uma preparação anterior. A licença que se concede para a empresa se instalar é a



licença socioambiental. Só que a licença ambiental tem mais rigor do que a social. Então, não se pode colocar uma obra que vai duplicar o número de pessoas no Município, e ter apenas um CREAS, não ter conselho tutelar, não ter contrapartida, não ter um processo. Tem que haver uma preparação, como no caso da licença ambiental. Na licença ambiental, exige-se uma série de premissas; na social, não. Muitas vezes, a comunidade tem até contrapartida das empreiteiras, mas é uma contrapartida... Por exemplo, *“ah, eu vou construir uma biblioteca, eu vou colocar asfalto”*. São demandas da própria comunidade e têm que ser respeitadas. Mas não há um recorte para a criança e o adolescente.

O que se tem de avanço? Há alguma coisa para as grandes obras, para obras como essa de Suape, de que vocês falaram, para os grandes eventos? Eu acho que tem de haver um grande movimento da infância e da adolescência. Foi deixado um rastro muito grande na África do Sul com a Copa. Ela estimula muito o turismo sexual. Tem que haver uma prevenção, tem que haver uma forma de proteger as crianças.

A questão de meninos em situação de rua. São três aspectos. Se tem alguma coisa, se não tem, se tem alguma discussão, se é possível avançar nisso. Pode-se reunir a rede hoteleira, as construtoras, a academia. A academia tem muito... porque tem um pouco, assim, do eldorado. Quando a obra vem, tem uma ilusão do eldorado. Isso anestesia um pouco a população. Depois fica muito amargo, quando se sai. Isso movimenta uma migração, via de regra. Em Rondônia, a gente viu isso. Grande parte das meninas vindo da Bolívia, inclusive. E era preciso impedir a migração. O que eu quero dizer com isso? Se você detecta que há migração, quando tem uma grande obra, você pode empoderar o Município de onde saem as meninas, porque aí você faz com que não haja essa migração. Se tiver alguma coisa... E há a participação do Executivo nisso também.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Observando aqui as metas do plano estadual 2008-2012, vejo que estamos praticamente na metade da execução do plano. Eu queria ouvir de vocês...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Até 2017, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É um plano decenal, como foi o primeiro PNE, na educação, em que só foram atingidas 35% das metas. Do



ponto de vista da preparação do Ministério Público para dar conta das suas atribuições nesse plano decenal, o que se conseguiu avançar, o que não se conseguiu avançar, o que ficou pelo meio do caminho?

Sei que alguns desses temas, por exemplo, nós vamos ter que discutir agora à tarde. E eu já observava aqui, comentava com a Deputada Liliam e a Deputada Erika aqui, talvez por uma falha nossa, da organização, nós não vamos ter como convidado para a audiência de hoje, pela programação aqui, nenhum representante do Judiciário. E uma das metas previstas no terceiro eixo, Defesa e Responsabilização, é a instalação de 18 varas regionalizadas, especializadas da infância e da juventude.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente também.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Por exemplo, na implantação das atribuições previstas pela Lei Maria da Penha, houve, nos nove Estados do Nordeste, em 2 anos, a criação de apenas uma vara especializada. Nos nove Estados, em 2 anos de vigência da Lei Maria da Penha. Então, talvez nós tenhamos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem a Secretaria da Criança...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Tem a Secretaria da Criança e do Adolescente, da Secretária Raquel Lyra.

Eu observo aqui também que a Secretaria não está representada...

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - O nome de Fernando Silva não está aí? Ele é Presidente do Conselho Estadual...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não, não está. Eu conheço o Fernando. Não está aqui.

Está convidado formalmente o Governador, o Município do Recife, Polícia Federal, Polícia Militar, Ministério Público, Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Movimento Nacional Mães pela Igualdade e Rede Estadual.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - A Rede Estadual de Combate?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Comitê, não é?



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A Rede Estadual de Combate à Exploração. Inês Dias foi confirmada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Inês Dias é de onde? É do Comitê?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Mas ela não é da Coordenação da Rede de Combate.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É, não sei se foi indicada pela Rede.

Voltando à Dra. Ana Carolina, queria ver exatamente isto: desse plano de metas, o que se atribuiu para o Ministério Público e o que já se conseguiu atingir. E esse é um problema. Os nossos planos em geral, com algumas exceções, não são estabelecidos em leis. Então, se as suas metas são ou não cumpridas, a sociedade não tem como acionar. Se é uma lei, se se estabelecem as metas e se a sua concretização está vinculada ao PPA, à LDO e à Lei Orçamentária, tem-se um gancho para poder cobrar coerência entre as leis orçamentárias e as metas do plano. Quando o plano não é lei, a sociedade não tem como recorrer ao Ministério Público pelo cumprimento da lei. O plano é um decreto, o plano é uma norma administrativa. Isso é uma falha do próprio sistema de elaboração dos planos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - (*Ininteligível*) uma emenda na LDO para assegurar que os planos estaduais sejam obrigatoriamente inclusos na LOA (*ininteligível*) como uma conclusão da CPI.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Os planos tinham que ter sintonia com os PPAs, senão não têm respaldo orçamentário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Podemos colocar na LDO que os planos estaduais tal, tal e tal, que sejam construídos e tal, sejam incluídos e não contingenciados na LOA. A gente também pode fazer um projeto de lei.

Sabe o que eu acho? A gente tem que responsabilizar o gestor. Senão é brincadeira. Faz um plano desse aqui... Não é realidade só aqui, não. O outro do Rio Grande do Norte não aplicou nada.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - E responsabilizar também os Conselhos, porque ele é aprovado pelo Conselho da Criança e do Adolescente e pelo...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pelo Conselho.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Pelo Conselho de Assistência Social.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todos são aprovados pelo CDCA, não é? Eu acho.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Alguns, nem todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O CDCA, em termos de Brasília, porque é distrital. Mas pelos Conselhos de Defesa dos Direitos, não é?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Doutora, com relação à situação de rua, quando a gente não consegue mobilizar a rede inteira, tem entrado individualmente. Recife. O Deputado Paulo Rubem é daqui e sabe desse histórico da gente, de gente em rua. Está bem menor. Eu não sei se vocês conseguem perceber isso, mas antigamente tinha muita criança. Eu vi meninos crescendo na rua. No meu caminho para a faculdade — a gente passa 5 anos na faculdade —, eu vi adolescente virar adulto, no mesmo sinal. Era demais. Eram gêmeos. Tinha gêmeos aqui até. E a gente tem tentado fazer individualmente. Quando não se consegue em termos de planos, em termos de rede, o Ministério Público tem atuado individualmente para tentar tirar esses meninos.

Existe uma articulação junto à Prefeitura, junto às ONGs para, de fato, fazer uma atuação, a inclusão dessas pessoas que moram na rua nos programas de proteção, nos abrigos. É difícilimo, porque a rua gera muito dinheiro. Tem benefícios que são inegáveis: liberdade, sensação de liberdade para a criança.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os abrigos são muito ruins.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente. Mas a gente tem tentado individualmente. E com relação às crianças a gente tem tido algum sucesso, de fato, no sentido de conseguir tirar, mas com atuação mais individual do que em termos de planos e de redes.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Doutora, existe no Recife o Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua, existe o Plano de Enfrentamento do Trabalho Infantil e o de Violência Sexual. Inclusive, eles também passaram por monitoramento no ano passado e foi assim... Por ocasião da conferência, como um preparativo para a conferência, fez-se a avaliação dos três



principais planos aqui do Recife na área de infância e juventude, e também teve uma identificação de efetividade baixíssima.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Mas é isso o que eu estou dizendo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todos os três?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Todos os três.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas é porque eles dialogam entre si, não é?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem está em situação de rua, está em situação de trabalho, via de regra, (*ininteligível*) e para estar numa situação de exploração sexual também é muito...

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Próximo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É, dialogam.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Claro, é a sobrevivência na rua.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - O que eu estou dizendo, doutora, é o seguinte: quando a gente não consegue pelo plano, a gente tem feito individualmente. Foi isso o que eu quis dizer. Quando não se consegue através do plano, a gente faz individualmente, para ver se consegue diminuir o problema.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu queria só exemplificar o porquê da nossa preocupação sobre essa questão da parte que cabe a cada ente dos poderes públicos.

O Estatuto tem mais de 20 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem metas. Algumas metas se repetem em outros planos setoriais, como o Plano Nacional de Educação. Para nossa surpresa, a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos coloca, num dos seus eixos, o cumprimento das metas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Faz-se um plano para se dizer que tem de cumprir as metas do Estatuto, que é uma lei.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Minimizou, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É. Então, a avaliação que nós temos feito é a de que, quando os planos não são aprovados em leis e não



contêm expressamente a vinculação das suas metas aos instrumentos orçamentários, há uma espécie de apartação entre as autoridades que cuidam do planejamento, da elaboração e da execução do Orçamento e as demais autoridades que definem políticas públicas. É como se, no plano federal, Fazenda e Planejamento orbitassem numa esfera apartada das demais esferas da elaboração das políticas públicas.

Por exemplo, quando aqui se propõe que o Judiciário elabore, implante 18 novas varas especializadas no Estado, provavelmente o Judiciário vai dizer que não tem orçamento para fazer isso. Mas, se não tem, ele pode vir a ter.

Nós passamos em Minas Gerais com a CPI do Sistema Carcerário, fomos ao Complexo Penitenciário Ribeirão das Neves, cinco grandes presídios, e encontramos uma vara de execução penal onde a juíza titular tinha 14 mil processos. Ela nos mostrou uma documentação em que solicitava o desmembramento e a criação de mais uma ou duas varas. E a resposta do Poder Judiciário era de que não tinha orçamento.

Por coincidência, Deputada Erika, no dia em que nós chegamos para a audiência pública em Belo Horizonte, foi publicada, no diário oficial do Poder Judiciário, autorização para construção da nova sede do Poder, que iria custar 365 milhões de reais. Então, não tinha dinheiro para desmembrar uma vara de execução penal em duas ou três, mas tinha dinheiro para construir um megaprojeto. Então, essa discussão é fundamental.

E a minha pergunta foi até a anterior. A primeira pergunta: quais são as dificuldades do Ministério Público? Essa dificuldade de dotação orçamentária a gente acompanha desde quando estive na Assembleia, ainda na gestão do Dr. Romero Andrade; depois, na do Dr. Francisco Sales; depois ainda, na do Dr. José Tavares, lá atrás. O Dr. José Tavares foi procurador de justiça. Então, essa parte é fundamental.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Os promotores de justiça são nomeados, mas não têm orçamento. Não é preciso dizer mais nada.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Exatamente.

Quando se diz que o monitoramento do plano vai ser feito pelos conselhos, o poder de fogo desses conselhos para monitorar a execução dessas metas... Por



exemplo, como é que o Conselho Estadual da Criança e o Conselho Estadual de Assistência Social vão ter poder para monitorar meta que é de competência do Judiciário? Esta é uma presunção muito corajosa, dizer por que o Judiciário não cumpriu. Qual é a sanção que se estabelece ao órgão que não cumpre com as metas de um plano decenal?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso, a gente pode criar marco legal, para a sanção. Por exemplo, se tem conselho tutelar, o conselho tutelar tem que funcionar direito. Não pode funcionar embaixo de ponte, em cima de feira. Tem que se responsabilizar o gestor.

Mas uma coisa que eu acho é que a gente tem muitos planos que, em geral, lidam com a mesma clientela e com os mesmos responsáveis. A gente precisava tentar fazer um sistema único de defesa dos direitos da criança, um SUDECA, que obviamente tem um dificultador, porque não se tem a linha de estrutura para dialogar com as diversas esferas do poder, como tem o SUS, na saúde, como têm, na assistência social, as Secretarias. Nem sempre se tem isso. Mas eu acho que a gente deveria se dedicar a construir um sistema único de defesa dos direitos da criança e do adolescente que pudesse dialogar com os outros sistemas únicos.

Tem-se três planos. Tem-se o tratamento de convivência familiar. Muitas vezes, situação de rua, criança e adolescente. Então, há uma porção de planos que se tem de monitorar individualmente, e se perde a noção dos direitos indivisíveis e inter-relacionados, e se “fragmenta” o mesmo menino. Enfim, essa é outra discussão.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ GUIMARÃES - Eu concordo com a senhora. Eu tenho muito orgulho de dizer que Pernambuco foi o primeiro Estado no Brasil a ter conselhos tutelares em todos os Municípios. Isso foi em 1998, mais ou menos, e eu posso garantir à senhora que até hoje... Hoje, um pouquinho antes de chegar aqui, eu estava fazendo ofício para promotor de justiça, porque 74 Municípios em Pernambuco estão sem Internet ou têm acesso à Internet tão limitado que inviabiliza que o Conselho Tutelar faça as notificações ao Poder Judiciário, por exemplo. É quase a metade. São 184 Municípios no Estado, e quase a metade não está adequadamente estruturada. É uma briga que a gente tem. Quando eu cheguei no (*ininteligível*) até quando a gente vai brigar para estruturar o Conselho Tutelar?



O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Já tem, mas não tem estrutura.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ GUIMARÃES - Temos. Pelo menos já existe o Conselho Tutelar, mas é uma briga diária.

Eu gostaria, até para encerrar, Dra. Liliam, dizer para a senhora que eu recebi uma resposta de Venturosa com relação à questão do Procurador. A Promotora informou que atualmente ele está recolhido na cadeia pública de Venturosa, tendo em vista uma prisão preventiva decretada pelo Juiz da Comarca, e que o Ministério Público ofereceu denúncia no dia 21 de setembro de 2012 com relação a esse senhor. Tenho aqui os documentos, que posso passar à senhora também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A situação do procurador, do promotor lá não é tão venturosa para ele.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ GUIMARÃES - É. *(Risos.)*

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, obrigada pela resposta.

Por que eu perguntei sobre isso? Porque, se são sete meninos, existe uma rede. Quem levou esses meninos para ele? Ele os pegou na rua? Essa pergunta que eu queria, no desenrolar do inquérito, para saber o que aconteceu. Onde estavam esses meninos? Em que situação de vulnerabilidade estavam esses meninos? Qual é a idade desses meninos? Eu estava lendo que os meninos... Não existem provas. Ele vai acabar saindo porque era passivo. Os meninos é que foram ativos. Então, não há como constatar, pegar as provas. No caso das provas, a senhora disse que há uma dificuldade muito grande aqui para a gente saber como foram levados esses meninos para eles. Eram sete meninos. São muitas crianças. Fala-se em meninos — até 12 anos, 13 anos de idade.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Bom dia a todos.

Primeiro peço desculpas aos senhores, porque vim bem à paisana. Eu estava para ir ao médico e passei aqui. Mas, normalmente, eu estou a caráter.

A Ana me chamou, mas eu acho que tudo, ou quase tudo, ela já disse. E a minha área é um pouco diversificada, porque o CAOPIJ é um centro de apoio, uma coordenação de apoio às promotorias criminais, mas há essas cisões. A Ana é específica para infância e juventude. Mas, diante do que ouvi dos senhores, tenho alguns números a mencionar em relação ao tráfico de pessoas. Por exemplo, desde



a implantação do nosso sistema de informática — Arquimedes —, foram oferecidas seis denúncias na Capital, uma em Caruaru e três em Petrolina.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Denúncia de quê?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Tráfico de pessoas. Eu não posso detalhar se consta criança também. Sei que é tráfico de pessoas, mas eu não tenho condição agora de detalhar se é criança, somente criança, ou homossexual, ou adulto, ou todos. Já tem um processo em andamento. Nós temos ainda onze inquéritos na Capital, um em Caruaru, um em Igarassu, um em Jaboatão dos Guararapes e um em Petrolina. Então, tem quinze inquéritos, o total de quinze inquéritos em andamento em relação ao tráfico de pessoas. A senhora se reportou também... Está me fugindo agora, mas... Sim, eu, como Procurador Criminal... Esse assunto é até interessante, porque a primeira vez que foi ventilado... Eu sou Promotor na área criminal há 12 anos e mais uns 6 outros como convocado — quer dizer, você é Promotor de Terceira e substitui um Procurador que esteja afastado, esteja a vaga por aposentadoria, etc. Então, mais ou menos há uns 18 anos, e eu não me recordo de nenhum processo em segundo grau em relação a tráfico de pessoas.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Essa ficha deles que foi dada, Dr. Fernando, lá tem...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Isso são números, não é? Então... Eu estou afastado há 3 anos. Como Coordenador, eu não estou em execução, mas há 18 anos, eu lhe asseguro, por mim nunca passou nenhum processo de tráfico de pessoas. Eu tenho notícia de um caso, de um processo em andamento que é do interior, acho que era Exu, ou aquela região, em que houve aliciamento de menores, e os dois foram condenados, isso no primeiro grau. Não houve recurso, e eles cumpriram pena. Quer dizer... A minha atuação na área criminal... Eu estou no Ministério Público há quase 26 anos e eu não me recordo, assim. É uma coisa lamentável de se asseverar, de se afirmar. A gente sabe que existe, mas não se consegue chegar. E da leitura, da explanação dos senhores e da Dra. Ana, eu vejo o seguinte: a infância tem o mesmo problema, as mesmas mazelas dos processos, ou da clientela dos detentos, em relação a adultos do sistema prisional. A população carcerária hoje da FUNASE — a gente não pode dizer carcerária, mas os internos —



é quase de 3 por 1, uma vaga para quase três crianças ou adolescentes. O nosso sistema prisional é praticamente a mesma coisa. Nós temos hoje 25 mil presos provisórios e definitivos e temos uma...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos habitantes tem Pernambuco?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Oito milhões...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Oito milhões, setecentos...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Oito milhões... É, quase 9... É isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São quantos detentos? Vinte e cinco mil?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Vinte e cinco mil para... próximo de 8 mil vagas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E adolescentes internados?

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Uma média de 1.500.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É, 1.500, 1.500...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Acima da população...

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - É 1.500 internados adolescentes...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Internos...

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - ... para mil vagas dá 890...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Eu acho que dá mais de dois. Dá uma média... Dá dois e um pouquinho...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Brasília tem 2 milhões habitantes, por volta disso, e tem 800 adolescentes...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Agora, o interessante é que a senhora se reportou também à redução da idade, da menoridade. O que eu tenho a dizer, a asseverar, é o seguinte: o que eu visualizo, e acho que todos que atuam na área criminal, é uma política a nível nacional de despenalização. O que se quer, o que se pretende é esvaziar o sistema prisional, não sei se pela superpopulação, e o Estado, eu digo o Estado Federação, como um todo, não dá vencimento, porque



essa mazela é a nível nacional, não é Pernambuco, isso é a nível nacional. Então, o que a gente vê é muito isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas quem defende isso é o mesmo povo que defende reduzir a maioria penal...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Pois é, exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então o que não despenaliza penaliza, porque joga para o sistema prisional um menino de 16 anos.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Mas aí eu não sei...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu acho que é uma concepção de...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Eu acho que o que teria que haver é o enfrentamento a essa realidade, e não... Eu acho que essas fugas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É você roubar a infância, porque você disse que menino de 12 anos tem consciência para ter uma relação sexual e uma situação de exploração e tal...

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Mas a exploração na legislação é diferenciada, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, eu sei... Mas ela não é violência presumida. Então, ela tem a responsabilidade pelo ato sexual a partir dos 12 anos.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A responsabilidade. E, ao mesmo tempo, você disse que ele também tem a responsabilidade... Eu penso que é o mesmo movimento. Ele não é esquizofrênico. É o mesmo movimento. É o movimento, primeiro, de responsabilizar, de dizer que a criança com 12 anos, adolescente com 12 anos, ela é responsável pelo seu ato sexual. Ela é um sujeito sexual e tem a maturidade sexual, direito sexual de um adulto. Por isso ela é responsável pelo ato sexual. E ao mesmo tempo dizer que o adolescente com 16 anos e, às vezes, até menos, ele também é responsável pelos atos infracionais que comete. Então, ele reduz a maioria penal para 16 anos, joga no sistema prisional e responsabiliza a menina de 12 anos pela sua relação sexual. É o mesmo movimento de reduzir também a maioria laboral, ou seja, de até, em alguns



casos, permitir o trabalho com 12 anos. É uma discussão que está na Câmara. É o mesmo sentimento de você roubar a infância, de você dizer que você não tem uma fase peculiar de desenvolvimento da sua vida, que está em processo, que é processual. É a lógica inversa do Relatório do UNICEF sobre a infância. O UNICEF faz um relatório muito interessante. Ele diz que a gente avançou na proteção à infância do ponto de vista da mortalidade infantil, sob o ponto de vista inclusive da redução do trabalho infantil, que aumentou na faixa de 10 a 13, mas teve uma redução na sua globalidade. Na faixa de 10 a 13 anos aumentou, o que é muito preocupante. Ele fala da beleza, do abandono da adolescência. Ele fala que a infância tem sido mais protegida do que a adolescência. Não tem política para a adolescência. Não tem política. E aí você cria um processo que é uma ruptura e numa fase de extrema criatividade, numa fase de socialização, de estabelecimento de valores, enfim, valores com o outro, porque a criança também tem a fase em que o Freud fala do Édipo e tal e a fase de 4 a 6 anos, que estabelece o grupo em que ela deve estar na educação infantil. Mas você tem na adolescência uma fase de extrema criatividade, de extrema irreverência, de você romper paradigmas na perspectiva de uma sociedade mais criativa, no estabelecimento... Tem uma riqueza na adolescência que não é considerada. É como se fosse um período que estão querendo eliminar. Então, se você considera, tanto que a exploração sexual envolvendo crianças de 8, 9, 10 anos tem uma reação da sociedade que é diferente da do adolescente... Quando você tem 14, 15, 16, 17 anos, meninas em situação de exploração sexual, a sociedade permite mais. E a própria percepção de como ela está sendo... Isso que você falou é verdade. Ela não se percebe enquanto vítima. Por quê? Porque ela se sente remunerada. É como se ela também não se percebesse enquanto adolescente — não se percebe enquanto criança e particularmente enquanto adolescente —, porque não tem espaços de percepção. Você não tem espaços de vivência da adolescência que possam abertos e oportunizados pelo poder público. Então, isso nos remete a um recorte da necessidade de políticas públicas. Não digo que esteja tudo bem com a infância — não está — do ponto de vista de creches e tal, mas ela tem sido objeto maior do projeto da Presidenta Dilma Rousseff, do Brasil Carinhoso, da escola, das creches, da educação infantil. Está sendo mais visível isso. Agora, para a adolescência não



tem política, não tem política! É o pouco que o Relatório do UNICEF do ano passado detecta no Brasil. É uma realidade que não é só do Brasil, mas assim: adolescente não existe. A adolescência é negada. A infância é negada em grande medida, mas ela tem tido mais visibilidade nos programas governamentais da primeira infância, e tal. Enfim...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Não, só para fechar, também se reportou a esse problema de ameaça à criança, enfim, à mulher. Foi ventilado isso, entre as falas dos senhores. E aí eu só tenho... Quem não conhece o programa... Eu o conheço porque eu participo do Pacto pela Vida, que eu tenho assento lá, semanal, são duas reuniões.

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que é o Pacto pela Vida?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É um programa, assim, rapidamente falando, é um programa estipulado pelo Governo Estadual de Eduardo Campos. E a proposta, em síntese, é de redução da criminalidade. Então, se fez o... Fatiou-se o Estado de Pernambuco em 26 áreas integradas. A gente chama de 26 áreas. Então, o Estado está fatiado. E a responsabilidade é de gestores, por exemplo, o delegado regional. E semanalmente vai, juntamente com a Polícia Militar, o alto escalão — Delegados, Delegados Regionais, Secretário de Defesa Social —, e vão estipulando, dizendo o quantitativo de homicídios que ocorreram em cada Município, e explicando: já que houve o crime, por que ocorreu o crime, o que pode ser feito para a redução dessa criminalidade. É bem interessante

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É novo isso?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É, de homicídio. Vê-se ali: homicídios tentados, consumados, e latrocínios.

Então, é um programa, assim. Eu sou apolítico, não sou filiado a partido nenhum, digo logo aos senhores...

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui, todo mundo é filiado.

(Risos.)

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É, eu sei que os senhores são Deputados. Eu não tenho nada contra. Eu digo assim porque eu fico bem à vontade, e até, assim, porque não tenho nenhuma...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não tem nenhum compromisso.



O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É, não tenho compromisso. O compromisso... Eu até achava, quando eu entrei lá, quando me indicaram, eu era meio descrente, e hoje eu sou um vibrador pelo programa, porque a gente vê resultados, não é?

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual foi o critério para dividir essas regiões? Foi geográfico?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Eu acho que é uma questão estrutural. Eu não posso asseverar, dizer com certeza, mas eu acho que é uma estrutura que a Polícia Militar tem, em determinada região, e ela fatiou com, por exemplo... E por áreas mesmo. Eles chamam Sertão, Sertão 1, Sertão 2; Zona da Mata Norte, Zona da Mata Sul; Recife, Região Metropolitana. Então, ela é fatiada e abrange alguns Municípios, não é? Então, a gente tem... Hoje eu já recebi o quantitativo de homicídios que ocorreu; aí, eu já repasso aos promotores, que eles vão ficar cientes de que no Município deles houve tantos óbitos, ou não houve nenhum óbito. E aí, quando os números têm uma tendência a aumentar...E normalmente se questiona o porquê do crime.

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso aí é só do Estado, esse grupo Pacto pela Vida?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É, no Estado.

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No Estado. Não tem sociedade civil, não?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Não, não tem.

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas o Estado em todas as esferas: Judiciário, Ministério Público...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Isso. Tem um representante do Ministério Público, tem um representante do Judiciário, toda a cúpula da SDS...

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De Segurança?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É, de Segurança, comandado pela Polícia Militar, e tal. A área da polícia científica, da polícia técnica. E hoje eles estão avançando, num programa que eles chamam Atitude, que é a retirada dos drogados de cada cidade, e internação, não é?

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Compulsória?



O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Não, compulsória não... Isso é uma questão problemática, não é? Porque tem a compulsória, tem a voluntária e a involuntária. Eu sempre digo que aquele que está naquele limite, ele não tem vontade própria. Então, eu acho que seria ou a compulsória, ou a involuntária. Que há uma pequena diferença. A involuntária é quando, por exemplo, o adolescente está com problema de drogas, e os pais, como responsáveis, internam esse adolescente, ou a criança, enfim, o que for. A compulsória é por determinação judicial. Então, eu acho que, quando o adulto não tem... Quando chega num limite — e a gente vê, em algumas oportunidades — de discernimento, eu acho que ele teria que ser internado compulsoriamente. Mas isso é um debate...

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas não há vagas...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - ...muito amplo.

A SRA PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...para quem quer se internar.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É. Não, o que se tem oferecido... Eu lhe assevero que tem até vagas, na criação, porque, também, eles fizeram no mesmo módulo, por regiões: tem casas alugadas, tem um apoio, tem terapeuta, tem assistente social, enfim... Mas é um programa em que não me arrisco a tecer comentários porque não é a minha seara. Mas é apresentado isso semanalmente. E, dentro dessas tarefas, que a gente chama “dever de casa”, apreensão de armas, debelar pontos de tráfico, de boca de fumo, como se diz popularmente, mandados de prisão cumpridos, temos os crimes contra a ameaça. Era a isso que eu queria chegar.

Então, eu calculo hoje, assim, por alto, em algumas regiões, a incidência maior de cumprimento, ou seja, é toda aquela ocorrência. Um BO — normalmente a mulher é vítima de violência ou uma criança, que a mãe vai...enfim —, eu acredito que chega próximo a 80% do que é tomado não só o BO. Friamente, o delegado é obrigado a ir lá, chama esse pessoal e tal. Então, é uma coisa que tem surtido efeito para minimizar esse quantitativo de homicídios. Em algumas regiões, chega a 100%; em outras, um pouco menos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que chega a 100%?



O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - A cada ocorrência desse tipo, qualquer violência praticada é apurada em 100%. Eu acho que no Estado todo se aproxima a 80%, oitenta e poucos por cento. Acho que por aí, nessa faixa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas aí você discute as políticas públicas também?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Também. Agora, eu lhe confesso que eu me atenho mais aos números. E é o que eu posso fazer em relação ao CVLI. Porque senão é muita coisa, é muita bagagem e pouca mala.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dr. Fernando...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Crimes Violentos Lesionais Intencionais, doloso, crime doloso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO -...primeiro, eu quero dizer que o Ministério Público de Pernambuco, quando da CPI do Extermínio no Nordeste, conseguiu identificar diversas ações de grupos de extermínio...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO -...atuando em diversas regiões. Identificou, parece, 15 regiões onde havia uma incidência muito grande. Foi apuração do Ministério Público, porque, nas delegacias, estava a vítima, é homicídio comum, homicídio culposo, mas não tinha uma identificação. E foi o Ministério Público do Estado de Pernambuco que identificou. E foi muito importante.

Agora, uma coisa importante no Pacto pela Vida foi que o Governador chamou para si...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - A responsabilidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO -...e colocou um comando único na Segurança Pública e Defesa Social. Esse é o grande problema que têm vários Estados: têm comandos duplos ou falta de comando. Aí tem o comando do crime organizado, tem o comando do comandante da Polícia Militar e do Secretário de Segurança Pública.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Brasília tem...cada um manda mais do que o outro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.



O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Brasília já veio pra cá. Toda semana, quase, vem gente de outros Estados, inclusive de fora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, mas uma coisa que chamou a atenção no Pacto pela Vida foi que o Governador disse: *“Eu quero, usando os instrumentos de inteligência, que se identifique, dentro da corporação Polícia Militar, da corporação Polícia Civil e da corporação Agente Penitenciário, esses que são envolvidos nessa prática de matança”*. E foi esse o primeiro trabalho feito.

É importante usar instrumentos, é claro, de forma legal, para identificar. Diversas ações foram feitas aqui, inclusive com operações que pegaram desde mandantes até financiadores. Esse é um aspecto importante.

Agora, um dado que chamou a atenção de Pernambuco é que com esse Pacto pela Vida houve uma diminuição dos homicídios. Agora, houve um aumento da violência familiar, ou seja, da violência doméstica, ou seja, mortes na relação familiar. É claro que isso aqui muitas vezes não tem a...

Em que se deu esse negócio, essa questão?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Eu vejo... Eu vou responder de outra forma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - O senhor até inclusive já respondeu. Mas, primeiro, eu vou dizer o seguinte: dessas quadrilhas que foram desbaratadas, quase todos já foram condenados. Lamentavelmente, uns já estão saindo. O nosso sistema...a legislação — não é nenhuma crítica aos senhores, porque é mais antiga do que os senhores — é muito branda. E o que vem é pra abrandar. Então, alguns já estão voltando à ativa.

O senhor disse muito bem, quando se reportou... Nós não tínhamos, na verdade, a motivação desses crimes. E nós temos hoje uma meta, que se chama ENASP, que é uma parceria do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, de fazer o levantamento desses inquéritos de homicídios de 2007 para trás. Nós não cumprimos a meta, mas não estamos tão ruins assim, e hoje nós já temos 2008. Foge um pouco, mas são números. Nós fizemos um levantamento desses inquéritos de 2007 pra trás. E nessa hipótese nós alcançamos treze mil, quatrocentos e poucos inquéritos em que houve a morte e



havia subnotificação. Muitas vezes só é um ofício encaminhando um cadáver para o IML. Em âmbito nacional e estadual também temos isso. Nós conseguimos reduzir. Trabalhou-se em cima desses inquéritos e hoje estagnou. Está num ponto...Eu sou gestor dessa meta. Chegamos mais ou menos a 9 mil inquéritos nessa situação que ainda não foram solucionados — eu estou sempre viajando, cobrando e tal —, porque falta a perna tanto do Ministério Público quanto da área de segurança, da Polícia Civil, que preside os inquéritos.

Mas o que havia, doutor, era o seguinte: havia inquérito, como há nessa situação, em que você não vai à procura da motivação. E esse inquérito — isso aí é histórico e cientificamente comprovado —, quando há o crime, se você não trabalha logo de imediato, procurando desvendar, em torno de 30 dias depois, as provas começam a ser pulverizadas. Lamentavelmente, isso era esquecido, vai para o engavetamento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Celeridade é fundamental.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Exatamente. E estrutura para se trabalhar. E a polícia, quando quer e quando tem condição, ela vai e ela identifica.

Então, essas motivações estão aparecendo agora, porque, de primeiro, sequer se tinha a motivação. Isso é um fato.

Outro fato é o que eu disse para o senhor ainda há pouco. Hoje, toda ameaça — porque é sempre a ameaça —, se não houver a presença física de uma autoridade, da autoridade policial, em algumas oportunidades, ...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela se concretiza.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA -...ela se concretiza.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É verdade.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Entenderam, senhores? Então, isso é o que eu posso, assim, em breves palavras, esclarecer aos senhores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Acho que atinge as mulheres e as crianças também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Exatamente.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Eu gostaria de finalizar dizendo que existe o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, que dentro do Conselho existe o Grupo Nacional de Direitos Humanos, e tem uma



Subcomissão, que é de Infância e Juventude, e foram traçadas duas metas para o Ministério Público com relação à infância: uma das metas é a implementação do SINASE, que é a lei que regula as medidas socioeducativas, e a segunda meta que foi traçada é exatamente esse enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então, acho importante até que vocês tenham essa conversa com o Grupo Nacional, porque casa muito bem com o valoroso trabalho que vocês estão fazendo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos começar com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É interessante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem que ser o grupo de direitos humanos que tem um subgrupo de infância e juventude. E têm duas metas: o SINASE, que é medida socioeducativa, e a segunda, enfrentamento da exploração sexual.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Então, a gente pode trabalhar junto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, nós vamos marcar a reunião com o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, que tem um Grupo Nacional de Direitos Humanos, que tem uma subcomissão que trata da infância e juventude, que retirou duas metas, ou que determinou duas metas: uma delas é a implementação do SINASE, que é o Sistema Nacional das Medidas Socioeducativas, e a segunda é o enfrentamento da exploração sexual. Então, solicitando à Secretaria para que nós possamos...Não. Não é daqui não. Isso é nacional. É para marcar. Não precisa nem aprovar, não, porque é uma reunião da Comissão.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Se os senhores quiserem só um telefone, temos Humberto Inojosa, que é quem tem assento também no Pacto. Ele é o Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça daqui. Isso é em *off* mesmo (*risos*), porque depois ele vai puxar a minha orelha.

O telefone dele eu acho que facilita. É o 9102-5894.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É o que, daqui de Recife?



O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Ele é Juiz de Direito da Capital e Assessor do Presidente do Tribunal de Justiça.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse é que podia ir à nossa audiência, lá, para responder a essas perguntas...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ou ele ou o Luiz Carlos, não é?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - O Luiz Carlos Figueiredo, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você ligou lá, para ver?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quem é esse Luiz Carlos Vasconcelos?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - É o Desembargador, Coordenador da Infância do TJ.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Ah!, é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Este que você está falando... Este que você está falando é o responsável por... É o que tem assento aqui?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Não, ele seria um facilitador, não é? Mas eu digo assim: ele, como é Assessor da Presidência...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas esse é o quê? Esse que o senhor está indicando? É Assessor...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Ele é Juiz de Direito e Assessor... Ele tem assento na Câmara, no Pacto. Mas, deixando o Pacto de lado, ele é Assessor da Presidência do Tribunal. Então, se os senhores querem falar com a Presidência, isso ou aquilo outro, ele é a pessoa. É com ele, porque ele sabe dessas coisas. Ou, senão, um contato com o TJ ou com o Luiz Carlos, porque ele é... Ele está com...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Independente disso... Isso é para quando a gente chegar a Brasília marcar, porque esse Conselho deve ser de Brasília, não?

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É de Brasília.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Conselho Nacional.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É, Procurador...

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É outra coisa. É a gente tentar uma parceria com aqueles que estão discutindo a infância.

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Tá, Coordenador da Infância do TJ.

O SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Pronto! Tem o Luiz Carlos e tem o Humberto, não é?

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Dra. Érika, eu fiquei muito feliz de saber desta sua preocupação com relação à adolescência, que é uma preocupação que eu tenho também, porque, embora exista, a gente percebe essa proteção da infância. A adolescência de fato é colocada de lado. Eu tenho uma esperança de que, quando vocês terminarem os trabalhos, que façam essa pontuação, que é importante.

Eu fiz um acompanhamento informal do discurso com relação àquelas mortes dos adolescentes que ocorreram numa escola do Rio de Janeiro, uns 2 anos atrás. Chamou-me a atenção, quando eu comecei a ler nos jornais, a ver na televisão, e depois ouvi os próprios colegas falando. Eu me lembro de que o adolescente mais jovem que morreu tinha 13 anos. Então, para a lei da gente, é adolescente. E toda vez que se falava daquelas vítimas, diziam: "*Foram mortas tantas crianças*". Nunca se falou que foram adolescentes mortos. E eu até dizia que foi a única vez na vida que eu queria que o rapaz que tivesse matado fosse um adolescente. Eu fico muito triste quando é um adolescente que mata, mas desta vez eu queria que a sociedade fosse colocada diante de uma situação igual: um adolescente matando outro adolescente, porque aí eu queria saber se iam dizer que uma criança matou outra criança; que um adolescente matou criança da mesma idade. Então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quer dizer, o adolescente... O raciocínio é: o adolescente que deveria estar no sistema prisional, que deveria reduzir...

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Pois é...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quando eu soube que não era adolescente, fiquei aliviada demais.



A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente! Eu também. Mas eu queria botar a sociedade diante desse dilema. Mas eu acho que é verdadeiro o que a senhora falou, porque, quando é para aumentar idade de imputação, é adolescente; mas, quando é vítima, ele deixa de ser adolescente e vira uma criança. É como se ser criança tivesse mais mérito e fosse mais... tivesse mais direito a uma segurança, a uma educação no sistema.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É como se a criança fosse imaculada. Enquanto imaculada, é essa a percepção que a sociedade tem: é o anjinho, é a imaculada, e tal...

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a adolescência passa...

A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Tudo contra a adolescência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso, a meu ver, tem uma relação, Padre, com a sociedade judaico-cristã, está certo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A sexualidade, quando está na fase de relacionamento com o outro — porque, segundo Freud, ela sempre existe, mas em outra fase: oral, anal e tal, enfim... —, ela é uma coisa que precisa ser eliminada, e ela precisa não ser permitida. Então, se tem uma sexualidade, que é o relacionamento com o outro, você perde o caráter imaculado e você tem que ser culpado e punido. Isso tem uma história... O Foucault fala da história da sexualidade, tal, tal, tal, que tem a ver com a lógica judaico-cristã. Eu estou falando com ele, porque ele é padre. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu gosto de ver a minha Presidenta, que ela me compreende. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu não vou pedir mais a benção, não, viu, Padre?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não! Vai. É o seguinte: é só dizer que, para esses que defendem a redução, vamos coloca-los lá 3 dias no CAJE...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Três dias...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...que eles vão se converter.



A SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Eu queria só...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Lá naquele presídio de Goiânia.

A SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Eu queria só aproveitar este momento para trazer como sugestão a questão do debate sobre a educação em sexualidade, aqui no Brasil, porque a gente não pode desconectar a violência sexual de uma violência que se dá no campo da sexualidade. E o que a gente percebe é que as crianças e os adolescentes, a gente vive uma circunstância que a gente pode dizer realmente que é um abandono social da sexualidade. O Estado não dá conta; a família não tem as informações para dar conta, e aí o que acaba acontecendo? As crianças muitas vezes nem se percebem com vítimas de violência sexual, porque elas próprias não conhecem o seu corpo. Não conhecem e não entendem a ideia de intimidade, de limite, de acesso e a quem cabe esse acesso. Então, estruturar uma política... Eu não entendo com é que no Brasil a gente já conseguiu avançar na educação, na cultura afrodescendente. Há educação para tantos ramos, e a questão da sexualidade, inerente, que já se sabe, a gente não consegue debater, sob o discurso de que falar sobre sexualidade você está estimulando, quando é exatamente o contrário. Isso já se sabe, as pesquisas já provaram.

Então, se a gente pudesse também aproveitar o momento da CPI e conseguir esse debate da educação em sexualidade compatível com as fases de desenvolvimento... Não é ensinar uma criança de 4 anos a botar camisinha, mas é uma criança de 3 anos que aprende sobre o seu corpo, sobre o autocuidado. Na adolescência, ela vai estar mais pronta para essa vivência da sexualidade com o outro, mas principalmente para atuar também na sua autoproteção na infância; saber falar para o adulto aquilo que está acontecendo; saber o adulto que está perpassando os limites. Então, eu acho que isso não pode ficar de fora desse debate. Eu queria aproveitar a oportunidade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu vou acrescentar uma coisa aqui sobre esse debate. Eu fui procurada por uma escritora, que também é psicopedagoga, a semana passada — ela é do Paraná —, que falou exatamente sobre isso. Ela era abusada sexualmente desde que nasceu e veio contribuir com a CPI. Ela quer contribuir de alguma forma com a CPI. O próprio pai abusava dela



sexualmente, mas ela não tinha noção de que era abusada sexualmente. Então, ela foi crescendo, e com 4 anos já percebia que tinha alguma coisa estranha. Com 6, ela disse que tinha muito medo de anão. E, quando ela estava com 6 anos, 7 anos, ela tinha pavor das pessoas pequenininhas, ficava com medo. Aí, o pai falava assim para ela: *“Olha, você sabe por que aquela criança não cresceu e ficou assim, um adulto assim? É porque não deixavam o pai fazer com ela o que eu faço com você. Se você não fizer comigo, você vai ficar igual a ela”*. E ela começou a crescer com aquela coisa. E em cada fase de idade, quando ela ia aumentando a idade, ele ia inventando uma história. Até que ela chegou aos 14 anos e aí conseguiu se libertar dele, através de uma luta corporal e através da denúncia. Foi aí que ela se sentiu forte.

Então, o que nós estamos vendo sobre a questão da vulnerabilidade das crianças, dessa questão de 12 anos, se elas estão preparadas para ter relações sexuais, de esse crime não ser imputado, não é idade prevista, é um debate que nós temos, como Deputados, que fomentar mais dentro da Câmara, porque mostra que ela só conseguiu se libertar quando se sentiu um pouco mais madura, que foi depois dos 14 anos. Então, isso para a gente é um depoimento muito bom, ela está disposta... Eu estou esperando passar o recesso branco para que ela vá à CPI. Ela vai fazer lá com a gente uma palestra sobre esse caso. Então, o que ela está falando é muito importante, é a prevenção com educação. Nas fases que a criança está passando, ela vai descobrindo as coisas e ela tem que ser educada, ela tem que saber se defender desses ataques. Então, fica a sugestão para a CPI, uma sugestão boa, que nós vamos debater futuramente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Alguém quer falar mais alguma coisa? *(Pausa.)*

Então, a gente quer agradecer muito. Foi uma manhã muito rica para todos nós; agradecer à Dra. Maria Luíza; agradecer ao Promotor e à Promotora, pela possibilidade de estarmos aqui. Vamos nos encontrar à tarde para fazermos esse debate de forma mais ampla. Vamos acatar a sugestão do Paulo Rubem de ter um representante do Poder Judiciário e, também, um do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que me parece é o Presidente... E uma coisa boa é se estivesse aqui a Associação de Conselho Tutelar — não sei se tem; é



chamar o Conselho Tutelar para estar junto também. Um representante da Associação do Conselho representaria os demais, para a gente fazer uma Mesa bastante rica.

Agradeço muito. E, enfim, quando nós aprovarmos o relatório, vamos encaminhá-lo para vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)